



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 669 - DE 24 DE JULHO A 7 DE AGOSTO DE 2022 - R\$ 5,00

Cinco meses de guerra na Ucrânia

Se a classe operária e os demais trabalhadores não se levantarem, não haverá uma solução progressiva

Somente por meio da luta de classes e com o programa internacionalista, os explorados podem barrar a escalada militar do imperialismo e os perigos de uma guerra generalizada

Todo empenho em divulgar e organizar a campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra!

É parte dessa tarefa superar a crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

NÃO SERÁ COM DISCURSOS ELEITORAIS E JOGO INSTITUCIONAL, QUE SE ENFRENTARÃO AS AMEAÇAS GOLPISTAS DE BOLSONARO E SEUS GENERAIS

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários, direitos; contra as privatizações, a fome e as chacinas nas favelas. Que preparem as condições políticas e organizativas para uma greve geral

Cinco meses de guerra na Ucrânia

*Se a classe operária e os demais trabalhadores não se levantarem,
não haverá uma solução progressiva*

A crise de direção revolucionária é o que mais se sobressai da conflagração que vem abalando a Europa e o mundo. Os sindicatos e os partidos considerados de esquerda, burgueses e pequeno-burgueses, não foram capazes de se opor à guerra, e de lutar pelo seu fim. Uma enorme confusão política se instalou em suas fileiras e provocou divisões. O que favoreceu e favorece a incompreensão e a paralisia política. Em grande medida, as massas ficaram à mercê da propaganda do imperialismo, de que a OTAN não oferece perigo para o povo russo. E a resposta da Rússia deixou dúvida sobre se se tratava de uma ação militar que implicava a violação ou não do direito à autodeterminação da Ucrânia.

A classe operária, assim, não teve como discutir, entender e se posicionar sobre o caráter da guerra. Ou seja, se se tratava de uma guerra de dominação, em que imperam interesses capitalistas; ou guerra de libertação, em que os explorados e povos oprimidos lutam pela sua emancipação do domínio da classe capitalista e do imperialismo. Passaram-se cinco meses, e as consequências da guerra na Ucrânia recaem inteiramente sobre os ombros dos explorados, na forma da elevação da pobreza, miséria e fome, sem que as direções sindicais e partidos de esquerda, que se reivindicam do socialismo, se colocassem pela defesa da vida das massas e pelo fim da guerra.

A elevação da inflação e do custo de vida, o fortalecimento das tendências recessivas da economia mundial, e impulso à destruição de postos de trabalho, resultam em maior barbárie social. Está absolutamente claro que a guerra na Ucrânia, em si, não gestou a crise econômica mundial e a barbárie social. Ao contrário, a decomposição do capitalismo envelhecido, que resiste em ceder lugar à sociedade sem classes, o comunismo, é que engendra as guerras, e potencia a barbárie estrutural da época imperialista. Mas, é imperativo reconhecer se as forças da reação imperialista se estão deparando com a resistência do proletariado, ou se têm o campo livre para sua marcha destrutiva.

Não há como desconsiderar que a decomposição burocrática e revisionista do internacionalismo marxista, imposta pelo estalinismo, e, sobretudo, o desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, favoreceram o campo da contrarrevolução e permitiram ao imperialismo recuperar o terreno perdido para o processo de transição do capitalismo ao socialismo, aberto com a Revolução de Outubro de 1917. É forçoso buscar as raízes da presente guerra na Ucrânia nas derrotas sofridas pelo proletariado que levaram à

liquidação da URSS, ao avanço do cerco imperialista à Rússia, à intensificação da opressão nacional e às guerras civis entre as próprias ex-repúblicas soviéticas.

A inércia e o colaboracionismo das direções sindicais com o imperialismo diante da guerra da Ucrânia são expressões mais profundas do retrocesso sofrido pelo movimento revolucionário mundial. Evidenciam a gravidade histórica da liquidação da III Internacional e da dissolução da IV Internacional, golpeada pelo revisionismo.

Os acontecimentos do momento assinalam a necessidade urgente de a classe operária se levantar pelo fim da guerra, por uma paz que garanta a segurança da Rússia, que afaste os perigos do cerco da OTAN, que assegure a integralidade territorial da Ucrânia, que recoloca a questão do direito de separação das duas repúblicas da região de Donbass, que estabeleça a real autodeterminação da Ucrânia, de acordo com as decisões livres dos próprios ucranianos. Por uma paz anti-imperialista! Por uma paz baseada no fundamento democrático e revolucionário do direito à autodeterminação da nação oprimida!

Somente a classe operária unida pode derrotar a ofensiva militar dos Estados Unidos à Rússia. Somente a classe operária unida pode reconquistar a autodeterminação da Ucrânia e de todas as demais ex-repúblicas soviéticas. Por esse caminho, é possível dar passos concretos e firmes na recuperação das conquistas revolucionárias do proletariado que ergueu a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e combater as guerras de dominação com as guerras de emancipação.

Ao completar cinco meses de guerra, assistimos à ampliação e escalada militar do imperialismo. Da cúpula da OTAN de Madri, Biden saltou ao Oriente Médio, para negociar com a monarquia saudita a aliança militar concebida por Trump, que inclui o Estado sionista de Israel contra o Irã e a Síria. A Alemanha se prepara para fortalecer o armamentismo. O Japão participou da cúpula de Madri, comprometendo-se com a escalada militar na Ásia. A Rússia e a China foram explicitamente indicadas como objetivo militar da OTAN.

É nesse marco que a vanguarda com consciência de classe tem pela frente a difícil tarefa de reerguer o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Uma política marxista-leninista-trotskista diante do confronto militar na Ucrânia, e uma firme campanha internacional pelo fim da guerra, são fundamentais para potenciar o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Predomina na situação a corrida eleitoral

A tarefa classista é a de lutar pela independência político-organizativa dos explorados

O País está tomado pelas campanhas eleitorais, embora faltem três meses para a realização das eleições. Está bem definida a polarização entre Lula e Bolsonaro. A candidatura da terceira via, de Simone Tebet, tudo indica, não tem condições de romper a corrida entre o ex-presidente Lula e o presidente Bolsonaro. Os demais candidatos são figurativos.

A presença de uma candidatura de esquerda, que se reivindica do socialismo, a do PSTU, comparece diluída, com sua pregação democratizante e seu socialismo abstrato. Ou seja, não se define pelo programa da revolução social e pela estratégia histórica da ditadura do proletariado. As demais correntes de esquerda se mostram subordinadas ao reformismo petista. É, principalmente, o caso do PSOL e de suas inúmeras correntes internas. PCO há muito se comporta como um cego, destinado a seguir o lulismo.

Em geral, um dos sintomas da crise de direção se manifesta na forma de adaptação das variantes de esquerda à democracia burguesa, ao eleitoralismo e ao burocratismo sindical. Nenhuma das candidaturas, que se poderiam dizer do “campo de esquerda”, encarna o programa de reivindicações da classe operária, a estratégia revolucionária, o método da luta de classes e a tática eleitoral, voltada à independência dos explorados diante do Estado e dos partidos da burguesia.

As eleições ocorrem após o longo período de Pandemia que ainda não se encerrou completamente, de milhares de mortes, de fechamento de fábricas, de demissão em massa, de elevação do desemprego nas alturas, de potenciação do subemprego e avanço da miséria e fome. Nessa travessia dramática para a vida da maioria oprimida, o PT, aliados e as esquerdas de conjunto estiveram submetidos à política burguesa do isolamento social, colaboraram com o programa emergencial de Bolsonaro e do Congresso Nacional, realizaram acordo de aplicação das medidas de redução dos salários, fecharam os olhos à larga implantação da terceirização, e acabaram cedendo ao fechamento de fábricas.

O rechaço ao “negacionismo” de Bolsonaro não se traduziu em luta pela organização dos explorados na defesa dos empregos, salários e direitos; e contra as medidas emergenciais antioperárias e antipopulares, flagrantemente de apoio ao empresariado. As centrais sindicais, os sindicatos, as organizações estudantis e os movimentos populares se submeteram à política burguesa do isolamento social, como se de fato servisse às necessidades dos oprimidos diante da Pandemia mortífera e da crise econômica destruidora de empregos e redução do valor da força de trabalho.

A classe operária e os demais trabalhadores não puderam contar com suas únicas armas de luta coletiva. Ficaram inteiramente à mercê das divisões políticas entre Bolsonaro e governadores, deixando em suas mãos toda a responsabilidade de responder à Pandemia e os seus reflexos econômico-sociais. Sem seus sindicatos e sem organização independente, as massas permaneceram desarmadas de suas reivindicações, de suas formas de luta classe, de suas explicações próprias sobre o que se passava e de sua estratégia proletária.

Assim que a Pandemia arrefeceu, as centrais saíram de sua longa letargia, e lançaram o movimento “Fora Bolsonaro” e “Impeach-

ment”. A estratégia antibolsonarista da burocracia sindical, do PT, aliados e das esquerdas já se encontrava condicionada às eleições.

A revogação da prisão de Lula e sua habilitação a candidato presidencial provocaram uma virada na situação da política burguesa. Bolsonaro não passaria ileso pelas consequências econômicas e sociais da Pandemia. E o ex-réu e ex-presidiário da Operação Lava Jato, Lula, se ergueria como estrela fulgurante. O seu algoz, ex-juiz e ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro, Sérgio Moro, cairia em desgraça, a tal ponto que a tentativa de setores da burguesia, de prepará-lo para ocupar o lugar de destaque da terceira via, afundou sem pena nem glória.

Bolsonaro e bolsonaristas tentaram uma reação, mas somente lhes restava a aventura golpista. Tiveram de recuar. O movimento do “Fora Bolsonaro”, por sua vez, perdeu força e sentido, com a decisão do Congresso Nacional de livrar o presidente da República do processo de impeachment. Adentrava-se no terreno das eleições, e definia-se a polarização, que se mantém até agora, e tudo indica que se manterá.

A possibilidade de vitória de Lula é grande, principalmente se confirmar a virada de governadores do MDB, desenganados com o mal desempenho de Simone Tebet, ou seja, com o fracassado movimento voltado a constituir a terceira via.

A troca de um governo burguês por outro ocorrerá nas condições de salto da miséria e fome dos explorados. E nas condições de agravamento da crise mundial, marcada pela guerra na Ucrânia e pela corrida armamentista liderada pelos Estados Unidos e por seu braço armado internacional a OTAN.

O governo Bolsonaro aproveita para realizar o máximo possível de privatizações. Tudo tem feito para deixar asseguradas as contrarreformas, trabalhista, da ditadura civil de Temer, e a previdenciária, feita em seu próprio governo. Se eleito, Lula não poderá repetir as façanhas “populistas”, principalmente, de seu segundo mandato. Já deixou claro que não alterará nada de significativo que está feito contra os trabalhadores. Terá de continuar descarregando a crise do capitalismo em decomposição sobre a maioria oprimida, de um lado, e se ajustar às pressões do imperialismo norte-americano de outro.

O problema, no momento, está em que os sindicatos e centrais aparelhados pela burocracia são direcionados à campanha eleitoral. A bandeira de independência das organizações de massa dos explorados deve ser levantada bem alto, ao mesmo tempo em que a vanguarda militante trabalha em defesa do programa próprio de reivindicações do proletariado.

É diante desses fatores e tendências da crise capitalista nacional e internacional que o Partido Operário Revolucionário (POR) chama a vanguarda com consciência de classe a lutar pela independência de classe dos explorados, defendendo o programa de reivindicações, organizando a ação direta dos explorados, e denunciando as forças eleitorais da disputa interburguesa.

Em mais uma eleição, comparece a importância decisiva da crise de direção revolucionária. É dever da vanguarda proletária se empenhar, o máximo possível, para fortalecer e erguer o POR no seio dos explorados.

Como se precaver contra a ameaça golpista

Fracassou a tentativa de Bolsonaro em aprovar, no Congresso Nacional, o velho sistema de cédulas, em substituição às urnas eletrônicas. A derrota da PEC do voto impresso se deu em agosto de 2021. As Forças Armadas chegaram a fazer uma provocação, com apresentação de desfile de blindados nas proximidades da sessão da Câmara de Deputados. De lá para cá, os ataques de Bolsonaro e a movimentação da cúpula militar do governo contra o sistema de urnas eletrônicas não cessaram. O que agravou o conflito do Executivo com o Judiciário.

Agora que a campanha eleitoral está tomando corpo, e a polarização pesa em favor da candidatura de Lula, aumentou o desespero de Bolsonaro, que passou a agir em duas frentes: de um lado, montou uma PEC emergencial para arrastar eleitoralmente os miseráveis com o “Auxílio Brasil” e outras prebendas a camadas sociais, como taxistas, caminhoneiros, etc.; de outro, intensificou a campanha contra as urnas eletrônicas.

No primeiro caso, até mesmo a oposição, principalmente os parlamentares do PT, se viram obrigados a votar na PEC emergencial. Todos têm de se apresentar como sensíveis com as famílias famintas, e magnânimos em oferecer migalhas para enganar o estômago vazio de milhões. No segundo, o Ministério da Defesa tomou a iniciativa de “solicitar” uma reunião do Comando de Defesa Cibernética das Forças Armadas e técnicos da Justiça Eleitoral. Evidentemente, o objetivo era o de estabelecer uma relação de tutela. Não sendo atendido, atua para montar um esquema paralelo de apuração, sob o comando militar.

Bolsonaro foi eleito como herdeiro do golpe da ditadura militar, que se impôs no Brasil, de 1964 a 1985. Sob os governos de conciliação de classes do PT, potenciou-se a ultradireita, que foi encarnada pelo ex-militar e parlamentar Jair Bolsonaro. A ultradireita militarista e fascitizante se assenta nas camadas da classe média urbana e rural, bem como em frações capitalistas da agropecuária, agronegócio, mineradoras e madeireiras, principalmente.

Apesar de crescer a pressão do ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não puderam se rebaixar, com pena de perderem a autoridade e o controle do processo eleitoral. Um dos argumentos do general foi de que as Forças Armadas foram convidadas a participar da Comissão de Transparência das Eleições do Tribunal Superior Eleitoral. Nesse caso, estaria no seu direito realizar uma reunião em particular com membros técnicos da votação eletrônica. Na realidade, os militares comprometidos com a candidatura de Bolsonaro estão empenhados em promover as suspeitas levantadas pelo governo sobre a inviolabilidade das urnas eletrônicas.

O último ato de confronto com o TSE e STF ocorreu no dia 18. Bolsonaro convocou, para uma reunião, embaixadores, para lhes expor as suas suspeitas sobre a lisura e o descomprometimento político dos ministros do poder Judiciário. O presidente

e candidato denunciou o ministro e presidente do TSE, Edson Fachin, como responsável pela reabilitação dos direitos políticos de Lula.

Sob pressão, o TSE já havia recorrido a organizações internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), para que acompanhem e atestem a lisura das eleições. Como se vê, a Justiça Eleitoral chegou ao ponto de recorrer a organizações do imperialismo, para vigiar a disputa presidencial no Brasil. O não tão distante exemplo dado pelos Estados Unidos, em que os trumpistas invadiram o Capitólio, não é bom conselheiro de ninguém. As eleições são um problema dos brasileiros, e somente nós mesmos podemos enfrentar as fraudes e o golpismo.

Bolsonaro somente chegou ao poder graças ao golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff, em 2016, e instalou o governo provisório de Temer, ou seja, uma ditadura civil provisória, que somente não se firmou como continuidade tamanha a corrupção em que estava envolvido o ex-vice presidente de Dilma Rousseff. A farsa judicial montada pelo ex-juiz Sérgio Moro e o ex-procurador Deltan Dallagnol se tornou insustentável, nas condições de aprofundamento da crise política do governo Bolsonaro e da necessidade de a burguesia contar com a política de colaboração de classes desempenhada pelo PT e pela burocracia sindical. Seria preferível e cômodo para Bolsonaro, se Lula não recuperasse seus direitos políticos.

O fato é que os militares se aproveitaram do golpe de 2016 para recuperar postos políticos no aparato de Estado e reorganizar a polícia política. Temer aplainou o caminho, e Bolsonaro abriu as portas para o ingresso de militares em todos os níveis administrativos e políticos da máquina estatal. Estima-se que mais de seis mil militares das três Forças se encontram em posições-chaves na estrutura estatal.

Bolsonaro foi eleito como herdeiro do golpe da ditadura militar, que se impôs no Brasil, de 1964 a 1985. Sob os governos de conciliação de classes do PT, potenciou-se a ultradireita, que foi encarnada pelo ex-militar e parlamentar Jair Bolsonaro. A ultradireita militarista e fascitizante se assenta nas camadas da classe média urbana e rural, bem como em frações capitalistas da agropecuária, agronegócio, mineradoras e madeireiras, principalmente. As igrejas evangélicas e setores católicos, salvo exceção, se perfilaram ao bolsonarismo, que lhes permitiu encontrar expressão política ao obscurantismo religioso.

A crise política, esboçada ainda no segundo mandato de Lula, não se esgotou com o golpe de 2016. Pelo contrário, continuou a se agravar, ao ponto de hoje Bolsonaro e seus militares ameaçarem a posse de Lula, caso vença as eleições.

A democracia oligárquica no Brasil é marcada pelo golpismo e por governos ditatoriais. Democracia essa típica dos países atrasados, econômico e socialmente, semicolônias e submetidos ao capital financeiro e monopólios internacionais.

Somente a classe operária, organizada e politizada, pode enfrentar o golpismo. No entanto, a própria política de conciliação de classes e de estatização dos sindicatos a mantém desarmada em todos os sentidos, incapacitando-a de enfrentar a oligarquia burguesa e as forças pró-imperialistas.

Quanto mais os explorados forem intoxicados pelas ilusões

democrático-eleitorais, mais a direita e a ultradireita burguesas se valem das Forças Armadas para obstaculizar o curso da ação direta e da organização independente do proletariado e dos demais trabalhadores. O caminho para denunciar e enfrentar o golpismo bolsonarista é o da defesa do programa de reivindicações próprio das massas, dos pobres, miseráveis e famintos.

Nesse momento, o Partido Operário Revolucionário faz campanha pela convocação de um Dia Nacional de Luta, em defesa

dos empregos, salários, direitos trabalhistas; pela derrubada das contrarreformas de Temer e Bolsonaro; pelo fim das privatizações, e reestatizações sob o controle operário da produção; e pela preparação da greve geral.

Sob essas bandeiras, o POR luta para que a classe operária se unifique em torno a sua estratégia de poder, que é a da conquista de um governo operário e camponês, cujo conteúdo histórico é o da ditadura do proletariado.

DESDOBRAMENTO DA CRISE POLÍTICA

Diante das ameaças golpistas de Bolsonaro, organizar a luta dos explorados contra o desemprego, a miséria e a fome

Diante da reunião de Bolsonaro com embaixadores de diversos países, a imprensa, instituições civis, partidos de oposição, personalidades, etc. enfatizaram o perigo de um golpe, caso Lula vença as eleições. A Folha de SP, por exemplo, utilizou muitas páginas, para denunciar e concluir em seu editorial com uma convocatória imperativa: “É preciso que seja impedido pelas forças vivas da democracia.” Uma franca convocação às instituições do Estado burgueses para que reagissem diante de tais ameaças. A oposição burguesa acionou o STF, para que Bolsonaro seja investigado sob suspeita de crime contra as instituições democráticas. O pedido foi assinado por parlamentares de PT, PSOL, PCdoB, PDT, Rede, PSB e PV. Até mesmo nomes da Polícia Federal e da Abin vieram à luz do dia, rejeitar a acusação de Bolsonaro que as urnas eletrônicas não são seguras.

As ameaças de Bolsonaro não podem ser analisadas de forma isolada dos movimentos de seu governo. Por um lado, acenou a setores da classe média e dos trabalhadores com uma PEC emergencial, amplamente considerada eleitoreira, mas que recebeu apoio integral da oposição burguesa. Por outro lado, acena para setores da burguesia que ainda não mostraram abertamente seu apoio eleitoral. Há algumas semanas, esteve na Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), onde prometeu a recriação do Ministério da Indústria e do Comércio. Já em um encontro na Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi mais longe, e prometeu, se reeleito, que o nome que encabeçará a pasta recriada

será indicação da própria CNI. Assim, busca desesperadamente apoio da burguesia, sem o qual qualquer aventura não teria chances de vingar.

Nas análises de boa parte da mídia burguesa, o caso da reunião com embaixadores seria passível de cassação da chapa de Bolsonaro, ou mesmo o requestrado impeachment. Ambos muito improváveis. Mas mesmo que não aconteçam, todo o burburinho é útil, pois, desgasta eleitoralmente Bolsonaro. A retirada de Bolsonaro por esses canais (impeachment, cassação da chapa ou eleições) é a forma da burguesia resolver sua crise de governabilidade, e estabilizar as relações políticas. Esse é o melhor cenário para se garantir a manutenção da exploração, o parasitismo da dívida pública, a aprovação de medidas anti-operárias, etc. Por outro lado, a saída de Bolsonaro pela ação das massas, tal como acabou de acontecer no Sri-Lanka, seria a forma de uma derrota política necessária a Bolsonaro e o bolsonarismo, pois, marcaria a retomada de terreno da luta de classes, em favor dos explorados. Infelizmente, devido à profunda crise de direção do proletariado, que se manifesta neste momento através do eleitoralismo das esquerdas, a saída independente e classista se mostra inviável. Com as tendências de luta das massas se manifestando em diversos países, inclusive na América do Sul, como no Equador, as ações da burguesia e das instituições do Estado burgueses são para frear as manifestações dessas tendências aqui no Brasil. A ideia de cassação da chapa de Bolsonaro poderia insuflar ânimos,

e isso não parece ser um bom cálculo para esses setores.

Ainda que não se deva descartar a possibilidade de uma aventura golpista de Bolsonaro, e, para isso, o 7 de setembro será um bom termômetro, os trabalhadores não devem se guiar pelo desespero pequeno burguês, idealista, que acredita ser possível um golpe de Estado que conte apenas com a intenção dos sujeitos. O golpismo de Bolsonaro carece de sustância, ou seja, sem o apoio da burguesia, do imperialismo, do senado, do STF, etc., um golpe seria uma aventura que comprometeria os generais, diante dos olhos da burguesia.

As massas exploradas, acometidas pela fome, miséria, violência policial, desemprego e informalidade, assistem passivas as ameaças bolsonaristas, e permanecem descrentes de que as “forças vivas da democracia” possam ter qualquer efeito positivo sobre sua vida. Para a classe operária e demais trabalhadores, permanece a lembrança recente do massacre sofrido na Pandemia, sob o guarda-chuva dessas tais “forças vivas”.

Neste cenário, é dever da vanguarda com consciência de classe trabalhar para tirar o movimento social da passividade. É só no campo da luta de classes, pela defesa das necessidades mais sentidas dos oprimidos, que as tendências reacionárias e as aventuras golpistas poderão ser freadas. Aí está a importância da luta pela convocação imediata de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações, greves e bloqueios, como forma de preparar uma greve geral no país.

5 anos da Reforma Trabalhista

A luta pela derrubada da reforma trabalhista é e continuará sendo uma das principais tarefas da classe operária

Em 11 de julho, completaram-se 5 anos da contrarreforma trabalhista. As consequências foram e são terríveis para a classe operária e demais trabalhadores. Pesa sobre as direções sindicais, a responsabilidade de não ter impulsionado a luta nacional, que ganhou as ruas, com a greve geral de abril de 2017. O desmonte do movimento dos trabalhadores foi concretizado no 1º de Maio, por meio da ilusão de que era possível barrar essa terrível reforma com a chamada pressão parlamentar, caravanas a Brasília, mensagens a deputados, e outras formas distracionistas. O fato é que os burocratas sindicais quebraram a disposição de luta da classe operária, que se levantava com seus próprios métodos, para derrubar o projeto de reforma de Temer. Os efeitos dessa traição são sentidos, nas fábricas e outros locais de trabalho, pela camada que aderiu à greve geral para impedir que seus direitos trabalhistas fossem extintos.

É fundamental, nesses 5 anos, fazer um balanço de tamanha derrota dos explorados. Como parte desse balanço, o Boletim Nossa Classe/POR destaca alguns pontos:

1. Governos e capitalistas conseguiram estilhaçar a classe operária

É preciso dizer que, há muito, governos e capitalistas vêm impondo medidas contra os direitos trabalhistas. Com o argumento de que a CLT estava envelhecida, de e que havia uma modernização das relações trabalhistas em curso, se foram abolindo aspectos da CLT, que serviam de proteção à exploração desenfreada da força de trabalho. No entanto, essa investida atingiu seu ponto máximo com a Reforma Trabalhista, quando, de uma só penada, Temer e o Congresso Nacional arrancaram mais de 100 itens da CLT.

Os capitalistas, seus porta-vozes no Congresso Nacional e governo aproveitaram a situação de profunda crise econômica mundial e de recessão no Brasil, para aprovar a reforma trabalhista, que vinha sendo gestada durante muito tempo. Além de oferecer volumosos subsídios aos exploradores, era preciso pôr em prática o antigo pleito de eliminar um conjunto de direitos trabalhistas, considerados como pesados encargos sociais. Entre esses direitos, estava a contratação de mão-de-obra. Assim, a contrarreforma de Temer ofereceu aos capitalistas diferentes formas de contratação da força de trabalho. O que resultou em várias modalidades de contratos precarizados, com salários mais baixos e, na sua maioria, sem nenhum direito trabalhista.

Em pouco tempo, os trabalhadores se viram estilhaçados, e sem poder contar com as direções sindicais, que quebraram a disposição de luta dos explorados, embocaram-se na farsa da pressão aos parlamentares e, depois da derrota, se limitaram aos discursos demagógicos sobre as perdas ocorridas com a reforma trabalhista.

2. contrarreforma criou ou legitimou mais de uma dezena de formas de contratação

Entre as diversas formas de contratação, o avanço da terceirização para todos os fins foi a mais grave. Isso porque a empresa,

ao invés de contratar diretamente os trabalhadores, contrata uma terceirizada, que fica com a responsabilidade de empregar a mão-de-obra. As empresas terceirizadas pagam salários mais baixos, exigem alta produtividade, e se valem do desemprego, para esfolar o quanto pode o trabalhador. Não poucas vezes, encerram os contratos e não pagam os direitos trabalhistas. Portanto, foi um santo remédio para o patronato, em geral. E um veneno para a classe operária, dividindo, dentro da mesma fábrica, os trabalhadores contratados diretamente e os terceirizados. Chegou-se ao ponto de existir, dentro de uma empresa, cerca de 10 terceirizadas, como ocorre na Firestone.

A reforma legalizou os contratos por tempo determinado. Os capitalistas criam os chamados “projetos específicos” com duração pré-determinada. Contratam, assim, a mão-de-obra, que passa a atuar dentro da empresa, para cumprir uma tarefa. Encerrado o tal projeto, os trabalhadores são demitidos. Para o operário, a desgraça é dupla: depois de demitido, sem a multa do FGTS (40%) e sem o pagamento do aviso prévio, só poderá retornar nessa forma de contrato após seis meses.

A reforma legitimou o contrato temporário. O patronato vinha usando a contratação temporária, principalmente em períodos de festa, ou no caso de substituição de trabalhadores por ocasião de licenças e férias. Terminado o prazo, os trabalhadores são demitidos. Ainda mais, durante o período temporário, cria-se a falsa expectativa de que poderá ser contratado definitivamente, desde que demonstre “empenho”.

Outra forma de contrato, se podemos falar de contrato, é o intermitente. O capitalista chega ao acinte de contratar trabalhadores quando precisa, pagando apenas as horas trabalhadas. Premido pelo desemprego, o trabalhador se inscreve para essa modalidade. Fica à disposição do empregador, que tem uma única responsabilidade, a de avisá-lo quando surge uma necessidade. Paga salário de fome, inclusive menor que o salário mínimo, e exige pontualidade e disponibilidade daquele que é obrigado a se submeter à modalidade intermitente.

Formas de contratação que já existiam ganharam força, após a aprovação da reforma trabalhista, como o “jovem aprendiz”, o teletrabalho, autônomo, home office, etc.

De conjunto, todas as modalidades de contratação significam salários mais baixos, maior exploração da força de trabalho, rotatividade da mão-de-obra, e eliminação de direitos.

3. O que pretende a burocracia sindical

Apesar dos discursos demagógicos, as direções sindicais não deram um passo sequer para combater a monstruosa reforma trabalhista. Diante do descontentamento generalizado dos trabalhadores, levantou a possibilidade de Lula, caso eleito, revogar o que considera negativo dessa reforma. Criaram uma falsa expectativa, com a notícia de que o governo da Espanha estava revogando a sua reforma trabalhista. Mas, logo viram que se tratava de reparos à reforma. Lula, por sua vez, ensaiou o discurso da “revogação”, no entanto, rapidamente, engoliu a saliva, diante do estrago que

poderia sofrer para sua campanha eleitoral junto aos capitalistas.

O fato é que os burocratas sindicais pretendem apenas corrigir um aspecto, que é o imposto sindical. O golpista Temer havia prometido ao direitista Paulinho, da Força Sindical, que faria um decreto, posterior à aprovação da reforma trabalhista, para manter o imposto sindical, mas não cumpriu. Como se sabe, essa é a maior fonte de renda dos sindicatos e da camarilha que o controla.

4. Derrubar a reforma trabalhista com os métodos da luta de classes

É evidente que nenhum governo que sairá das eleições de outubro revogará a reforma trabalhista. As contrarreformas trabalhista e previdenciária fazem parte das diretrizes do grande capital, e estiveram na base do golpe de Estado que derrubou o governo petista de Dilma Rousseff. As burocracias sindicais estão empenhadas na vitória de Lula e no impulso à política de conciliação

de classes. Negam categoricamente a luta de classes. Utilizam os sindicatos para alimentar nos explorados ilusões na democracia burguesa. Subordinaram a campanha salarial dos metalúrgicos, para citar apenas uma, e as reivindicações dos trabalhadores às disputas eleitorais, com as chamadas “Plataforma dos trabalhadores”, encaminhada aos candidatos à presidência e governos dos estados. Criaram os “Comitês de luta e pela democracia”, para coletar votos nos bairros pobres.

Está aí por que o combate às contrarreformas está nas mãos da vanguarda com consciência de classe. E é por meio dessa luta que será possível arrancar a máscara demagógica da burocracia, perante os trabalhadores. O que implica trabalhar por penetrar o programa da luta de classes no interior das fábricas. A derrubada das contrarreformas é uma das mais importantes tarefas do proletariado, que se seguirá, seja qual for o novo governo burguês que ocupará o cargo da presidência.

Ceará

O significado da ruptura da aliança eleitoral PT-PDT no Ceará

Após 16 anos de aliança, PT e PDT estarão em lados opostos nas eleições para governador do estado. A imposição do nome de Roberto Cláudio, no dia 18/07, depois de meses de discussão e impasses, precipitou a ruptura da coligação governista. Ainda que possa ser momentânea (é preciso acompanhar seu desenvolvimento), a crise expôs os profundos atritos entre PDT, de um lado, e PT/Aliados, de outro, quanto às disputas nacional e estadual.

No PDT, que encabeçava, até então, a coligação governista, quatro nomes se apresentaram para a sucessão estadual: Mauro Filho (Secretário de Planejamento); Evandro Leitão (Deputado Estadual); Izolda Cela (atual governadora) e Roberto Cláudio (ex-prefeito de Fortaleza). Os dois últimos nomes terminaram por se impor e polarizaram a disputa interna.

Uma vez que o PDT disputaria as eleições à frente de uma extensa coligação de partidos, era natural que os aliados fossem ouvidos antes da escolha do postulante ao Palácio da Abolição. Ocorre que a coligação inclinou-se majoritariamente pela reeleição de Izolda. Temendo uma decisão unilateral do PDT, o PT, à frente dos demais partidos aliados, recorreu a uma carta aberta, assinada, além dele, pelo MDB, PP, PV e PCdoB, defendendo o nome da atual governadora. A direção estadual do partido deixou claro que não abriria mão do nome de Izolda, pretensão rejeitada pessoalmente por Cid em declarações públicas. O conflito se instalou em definitivo quando os irmãos Cid e Roberto Cláudio, fiel servidor da oligarquia.

O PT reagiu convocando, no dia seguinte (19/07), uma reunião com aliados, para preparar uma candidatura própria. Camilo Santana conduziu pessoalmente a reunião com representantes do PV, MDB, PC do B, PP, e até do PSDB de Tasso, que finalizou lançando uma declaração onde assumiram o “compromisso de estarem juntos na construção de um caminho comum para as eleições de 2022”. A oposição burguesa de ultradireita, Cap. Wagner (União Brasil), que ainda corre atrás de aliança com o PL de Bolsonaro, recebeu com alegria a notícia da divisão nas hostes governistas.

Os setores petistas minoritários, desde sempre contrários à aliança com o PDT, comemoraram a decisão, uma vez que já vi-

nham tensionando por uma candidatura própria, com o argumento de que era preciso assegurar um palanque para Lula. A CUT, CTB e sindicatos dirigidos pela burocracia sindical foram todos arrastados para a disputa no seio na coligação governamental, e agora estarão a plenos pulmões por trás da candidatura petista.

A ruptura da aliança PT-PDT não é resultado de desacordos ideológicos ou de diferenças quanto a projetos de governo. Corresponde a uma disputa por influência, cargos e manejo de recursos no interior do governo, impulsionado pelas rusgas nacionais entre Cid Gomes, pré-candidato a presidente pelo PDT, e a candidatura de Lula/PT. Praticamente rompido como PT nacional, e sabedor da elevada intenção de votos do caudilho petista no estado, Cid pretendia castigar o PT, forçando-o a se submeter a uma aliança onde o partido teria menos influência na máquina estadual. Esse era o preço imposto pelos Ferreira Gomes, para que o PT continuasse na coligação. Eis também as razões para se sustasse um maior diálogo dentro do bloco governista. Posto contra a parede, porém, sentindo atrás de si o reforço de suas posições eleitorais (com Lula bem cotado no estado), assim como com a capacidade de envolver outras siglas, o PT foi rápido em decidir por bater cabeça com os ex-aliados.

A cisão entre PT e PDT no estado, assim como a o embate destes contra o candidato do União Brasil (Wagner) corresponde a uma típica disputa interburguesa. Adversários hoje (no caso de cristas e petistas) podem muito bem entender-se amanhã, na composição do próximo governo ou mesmo num eventual 2º turno. O fundamental está em que, vença quem vencer as eleições estaduais, estabelecerá um novo governo burguês defensor da grande propriedade privada burguesa e dos interesses gerais dos grupos capitalistas no estado. A tarefa dos explorados, do proletariado e juventude pobre, não é a de se colocarem por apoiar qualquer uma destas frações contra outras, mas antes, defender a independência de classe dos explorados. O que significa, não apenas a defesa do voto nulo programático nas eleições, mas a defesa das reivindicações vitais de emprego a todos, salário vital, direitos trabalhistas, revogação das contrarreformas, fim das privatizações, educação e saúde a todos, por meio da ação direta.

Agitação em torno ao Boletim Nossa Classe



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XVIII - julho de 2022
(11) 95446-2020
nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org
fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas

POLÍTICA OPERÁRIA

Como lutar contra a miséria e a fome

Os candidatos à presidência da República falam em diminuir a desigualdade entre a minoria rica e a maioria pobre. Falam que é preciso acabar com a fome. São todos mentirosos. Depois de eleito presidente, governa para os ricos. Ou seja, governa para as multinacionais, para os latifundiários, para os agroindustriais, para os banqueiros etc. O máximo que um governo burguês pode fazer para os miseráveis é doar migalhas do "Bolsa Família" ou do "Auxílio Brasil". Neste momento, Bolsonaro para ganhar voto aumen-

torno a um programa de reivindicações.

O Boletim Nossa Classe defende: 1) um salário mínimo vital, que garanta a sobrevivência da família operária; 2) emprego com carteira assinada a todos aptos ao trabalho, o que exige a redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários; 3) reposição geral das perdas salariais; 4) reajuste automático dos salários de acordo com o aumento do custo de vida. Nossa bandeira operária é: Nenhum trabalhador fora da produção; nenhum trabalhador recebendo

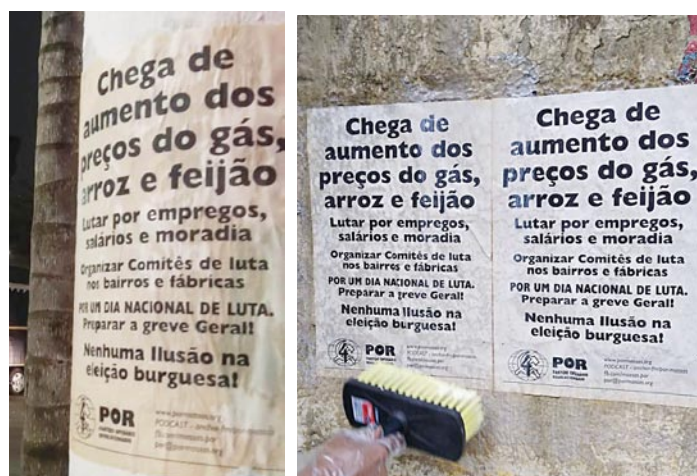
A distribuição do Boletim, que tinha como Política Operária a bandeira "Como lutar contra a miséria e a fome", chamou a atenção dos trabalhadores nas portas das fábricas. A denúncia do salário mínimo de R\$ 1.212,00, que mal dá para comprar a cesta-básica de R\$ 777,00, fez com que uma parcela de operários comentasse a situação em que vivem, e os baixos salários pagos pelos patrões.

São Paulo

Colagem de cartazes contra a alta do custo de vida e o desemprego

O POR tem feito uma campanha de denúncia contra a fome, miséria e desemprego. Além da distribuição do Boletim Nossa Classe, a atividade de colagem de cartazes tem contado com a participação de simpatizantes. Eis o depoimento de uma simpatizante: "Sempre vejo cartazes colados nos muros e as informações que trazem. Não imaginei que um dia também estaria fazendo a propaganda das ideias classistas, colando cartazes. No dia 13 de julho, participei da colagem com outros companheiros. Vi que algumas pessoas se aproximavam para ver o que estava escrito. Percebi que queriam conversar sobre essa situação de miséria nos bairros e a alta do custo de vida. Não me sentia bem preparada. Mas consegui compreender a importância dos estudos coletivos do POR e sua intervenção prática".

Depoimentos como esse confirmam o acerto da linha política do POR, e o quanto tem trabalhado para penetrar suas ideias junto à classe operária e demais explorados. ■



São Paulo

Distribuição do Boletim Nossa Classe no corredor fabril de São Mateus

O Boletim de julho chamou a atenção dos operários, porque estampava o combate à fome, à miséria e ao desemprego. Foi o que ocorreu nesse polo industrial da Zona Leste. Alguns operários paravam para comentar o preço dos produtos básicos e os baixos salários. No entanto, os militantes que distribuíam o Boletim perceberam que estão muito iludidos

com a possibilidade de Lula ganhar as eleições, e modificar essa situação. Estão sob a influência das direções sindicais, que têm feito campanha nas fábricas e nos bairros contra Bolsonaro e pelo voto em Lula. Apesar de mostrar que o governo de Lula será um governo burguês, que não acabará com o desemprego e não elevará o valor do salário mínimo

para que todas as famílias possam viver dignamente, porque está submetido aos grandes capitalistas, a ilusão é grande. Somente a experiência com o retorno do PT à presidência da República e o trabalho sistemático do partido revolucionário poderá quebrar essa ilusão democrático-eleitoral de substituir um governo burguês por outro. ■

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / (11) 95446-2020

São Paulo

Operários do ABC Paulista denunciam a fome, a exaustão e o adoecimento.

Companheiros operários de São Bernardo e Diadema relataram a dura realidade da classe operária nas pequenas e médias fábricas da região. Com salários de até R\$ 1.835,00 (bruto), operários vendem férias, trabalham aos finais de semana e feriados, e negociam com o patrão o baixo percentual a ser recebido pela jornada extra.

Nas fábricas pequenas – fábricas de tábuas – operários sem registro em carteira recebem até R\$ 3,50 por tábua compensada (finalizada), operando sozinho a maquinaria para o alinhamento, corte e montagem. Cumprem jornada de doze horas, para que, no fim do mês, alcancem no mínimo R\$ 1.500,00.

Nas fábricas médias – de parafusos/roscas – operários operam até duas máquinas, além de realizar a manutenção das mesmas, com a desculpa do patrão, de que não há dinheiro para novas contratações. Nas fábricas de envelopes e doces, é o mesmo cenário: diante o salário de fome, operários vendem férias e aceitam operar mais de uma máquina no processo de produção.

Os companheiros operários disseram sentir fortes tonturas, dores em todo o corpo, febre, têm ferimentos, depressão, pensa-

mento suicida e delírios – principalmente os operários do turno noturno. Recorrem ao alcoolismo (e outras drogas), para aguentar os sintomas e os turnos. A alimentação está cada vez mais cara, obrigando muitos companheiros a fazerem apenas uma refeição por dia. Os altos aluguéis levaram os operários para os albergues de São Bernardo, pois, ou compravam comida ou pagavam o aluguel.

A exploração capitalista sobre a classe operária é a responsável pela degradação de suas vidas. Enquanto as direções sindicais vendidas negociam com as patronais os acordos e demissões, propagandeando a ilusão eleitoral na democracia burguesa às massas exploradas, a classe operária mergulha cada vez na barbárie – na fome, miséria e destruição física.

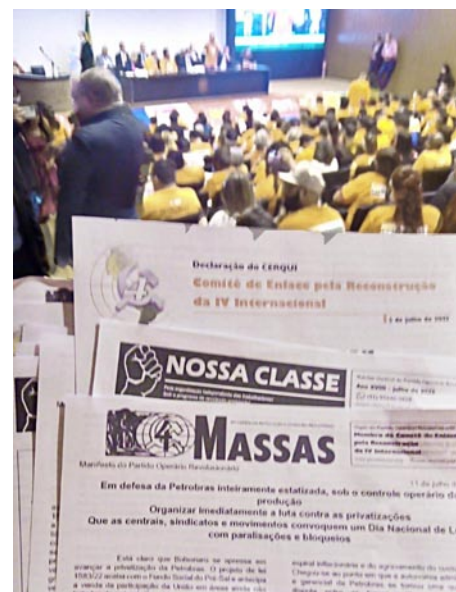
Está aí o porquê da necessidade da classe operária tomar em suas próprias mãos a luta contra a pobreza e a miséria. Deve partir da união entre operários empregados, desempregados e subempregados, e organizar os comitês de luta e as assembleias gerais em defesa dos empregos e do salário mínimo vital, e construir e fortalecer o partido operário revolucionário. ■

Participação do POR no ato dos petroleiros em Brasília

A manifestação, realizada no dia 12 de julho, foi organizada pelas Frentes Parlamentares Mistas de Defesa da Soberania Nacional, de Defesa da Petrobrás e de Defesa do Serviço Público, com apoio dos 18 sindicatos de petroleiros que integram a FUP e a FNP, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). O protesto se deu em função da investida de Bolsonaro com a venda das refinarias do Sistema Petrobras, e da Petrobras como um todo, e contra o PL 1583/2022, quer arrancar recursos do Fundo Social do Pré-Sal, destinados à Educação e Saúde pública. Os parlamentares aproveitaram para discursar em favor da candidatura de Lula, como sendo a única possibilidade de combater Bolsonaro e “reconstruir o país”. As Federações dos petroleiros usaram o momento para divulgar um vídeo, mostrando o desmonte da Petrobrás, depois do governo de Dilma Rousseff. E, como sempre,

ameaçaram com a greve, caso o governo coloque a privatização da estatal.

O POR esteve presente com um Manifesto contra a privatização da Petrobrás, no qual colocava a defesa da empresa pelo método da luta de classes com as greves, piquetes e ocupações, defendendo um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, pelos empregos, salários e direitos, e contra a privatização. A luta se faz urgente, não pelo parlamento burguês ou com a troca de um governo burguês por outro. Na ocasião, os militantes distribuíram também o Boletim Nossa Classe, que denuncia o fechamento das fábricas, e chama os operários e demais explorados a lutarem contra o aumento do preço do gás e dos alimentos. Foi distribuído também o Boletim do Comitê de Enlace pela reconstrução da Quarta Internacional, que coloca a luta pelo fim da Guerra na Ucrânia, sob as bandeiras do desmantelamento da OTAN, revogação das sanções



econômicas dos Estados Unidos e aliados contra a Rússia, pela autodeterminação, integralidade territorial, e retirada das tropas russas da Ucrânia. ■



Manifesto do Partido Operário Revolucionário divulgado no ato

Em defesa da Petrobras inteiramente estatizada, sob o controle operário da produção

Organizar imediatamente a luta contra as privatizações! Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios!

12 de julho de 2022

Está claro que Bolsonaro se apressa em avançar a privatização da Petrobras. O projeto de lei 1583/22 acaba com o Fundo Social do Pré-Sal, e antecipa a venda da participação da União em áreas ainda não licitadas do Pré-sal. O problema está não só em acabar com os recursos obrigatórios voltados à Educação, Saúde, meio ambiente, etc., mas fundamentalmente em privatizar completamente a Petrobras. Basta ver o que vem se passando com a Eletrobras, que foi entregue a grandes grupos econômicos por meio da capitalização e venda de transmissão de energia. Basta ver que o governo federal realizou, em março, o leilão da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Está em andamento o plano de privatização, por meio de concessões, dos portos de Santos, São Sebastião e Itajaí. Empresas privadas, há muito, controlam as operações de cargas e descargas. O objetivo, agora, é entregar a Autoridade Portuária (Administração Portuária), que tem a função de garantir o controle estatal dos portos.

As privatizações de conjunto colocam o Brasil em situação de maior dependência externa. O estatismo nos países semicoloniais – como é o caso do Brasil – é uma forma de defesa nacional, ainda que em função dos interesses da burguesia interna. Eis por que as potências e seus monopólios agem duramente contra os governos que conservam ou que se valem do estatismo. É bom recordar que os Estados Unidos apoiaram e promoveram o golpe de Estado em 1964 contra o governo nacionalista de João Goulart. O penúltimo governo militar, do general Geisel, esteve sob constante pressão dos Estados Unidos, para que abrisse mão do estatismo em seu plano desenvolvimentista. Um dos objetivos da democratização, que se processou em meados dos anos de 1980, foi o de romper o estatismo.

Agora, o governo Bolsonaro, adepto do golpe de 1964, se encaminha a privatizar a Petrobras e Correios. A Eletrobras recebeu o golpe de misericórdia. E os portos estão no mesmo caminho. O Ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, fez questão de anunciar como uma de suas principais metas administrativas a privatização da Petrobras. Depois da entrega da geração e distribuição da energia elétrica, virá a do petróleo. A Petrobras já funciona como uma empresa privada, embora de controle acionário estatal. A sua subordinação às condições ditadas pelos trustes petroleiros internacionais ataca ainda mais a vida da maioria oprimida. O elevado preço da gasolina e do gás se tem convertido em fator básico da espiral inflacionária e do agravamento do custo de vida. Chegou-se ao ponto em que a autonomia administrativa e gerencial da Petrobras se tornou uma questão de disputa entre as forças políticas e corporações empresariais. Essa autonomia se assenta, sobretudo, no capital imperialista.

É bom recorrer à história do estatismo e da desestatização. Assim, é possível compreender melhor o significado pró-imperialista das privatizações. As forças econômicas multinacionais se aproveitaram do impulso econômico dado pelo intervencionismo estatal, nas décadas de 1940 e 1950. Em particular, a indústria automobilística se valeu da expansão do mercado interno, sufocan-

do a embrionária indústria nacional. Com o fim da ditadura militar, que conservou em grande medida o estatismo, os governos eleitos e seus lacaios do Congresso Nacional passaram a atacar o estatismo, ou seja, a enterrar o nacionalismo burguês. Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso promoveram um amplo Plano de Nacional de Desestatização (PND). Atenderam aos interesses dos capitalistas, daquele momento, do setor siderúrgico (Usiminas, Acesita, Vale, CSN), telefonia (Telebras) e bancos (privatização de bancos estaduais).

No governo Collor, em 1992, foi privatizada a Indústria de Fertilizantes Fosfatados (Fosfértil), criada em 1977 pelo governo militar nacionalista do general Ernesto Geisel. O governo golpista de Temer, em 2017, decidiu acabar com as fábricas de fertilizantes que pertenciam à Petrobras. Assim, se liquidaram as unidades da Bahia e Sergipe. Bolsonaro concluiu a obra reacionária de seu antecessor, fechando a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen), e a Unidade industrial que estava em construção em Três Lagoas (MT) foi entregue para uma empresa russa. O Brasil, portanto, ficou inteiramente dependente da importação de fertilizantes, quando tem recursos naturais e industriais para a produção. Com a guerra na Ucrânia, esse produto sofreu escassez, e teve seus preços elevados. Veio à tona a escandalosa desativação da indústria nacional de fertilizantes.

O PT e Lula emergiram em meio à crise da ditadura militar, e se potenciaram com o movimento democratizante da burguesia brasileira, que contou com a anuência dos Estados Unidos e demais potências. A derrocada do governo francamente pró-imperialista de Fernando Henrique Cardoso possibilitou a chegada de Lula à presidência da República. Logo o palavreado sobre a soberania e um desenvolvimento nacional independente se desfez. O governo petista manteve a linha de privatizações, adaptando-a à variante das concessões e Parcerias Público Privadas (PPPs). Lula concluiu a privatização de bancos estaduais, entregou as rodovias federais, e realizou a PPP nas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau. Dilma Rousseff entregou o Campo de Libra (Pré-sal) a um consórcio de petroleiras. E se projetaram as privatizações de aeroportos e portos.

Como se vê, governos de direita, centro-direita e centro-esquerda não se diferenciaram quanto à posição política diante das exigências do grande capital nacional e do imperialismo, para que desarmassem o Estado do controle de ramos fundamentais da economia. A liquidação das heranças do nacionalismo burguês por meio da desestatização conduziu a amplas medidas favoráveis à alta concentração de riqueza enfeixada nas mãos de uma minoria. A contrarreforma trabalhista de Temer e a previdenciária de Bolsonaro são reflexos da mesma política pró-imperialista de desestatização.

A promessa de impulsionar um amplo desenvolvimento econômico com as privatizações se mostrou falsa. O país, há décadas, ostenta baixo crescimento, tendente à estagnação e à recessão. O desemprego e o subemprego atingiram uma importante parcela

da força de trabalho. A pobreza e a miséria se potenciaram. As privatizações serviram tão somente ao capital financeiro, cujo gigantesco excedente precisa se valorizar a qualquer custo. A entrega de recursos naturais e de empresas estatais lucrativas é uma via de realização do parasitismo financeiro. Não se criam novas fábricas, mas se adquire patrimônio já amortizado a um baixo valor. Pior ainda: o Brasil vem passando por uma onda de fechamento de fábricas. Os exemplos mais gritantes são o da Ford, LG, Caca-Cherry e Toyota. Reconhece-se, inclusive, que tem ocorrido uma desindustrialização do país.

Esse limitado balanço das privatizações é suficiente para evidenciar o quanto a burguesia brasileira e seus governantes se submeteram às determinações da economia mundial, regida por um punhado de potências imperialistas. Há uma clara ligação entre a concentração de riqueza e o saque imperialista; e entre essas e a barbárie social. Esse percurso antinacional e antipopular, que tomou uma forma particular após o fim da ditadura militar, revela historicamente a incapacidade da burguesia nacional de garantir a independência e soberania do país. A tendência é a de avançar ainda mais a submissão ao imperialismo e sacrificar ainda mais a vida dos explorados.

Somente a classe operária organizada e independente de qualquer uma das variantes da política burguesa pode empunhar um programa de soberania nacional. O problema está em que não conta com uma direção revolucionária. O que deve ser solucionado no processo da luta de classes. Um dos sintomas da crise de direção comparece na burocratização e estatização dos sindicatos. Assim, prevalece no seio do proletariado e dos demais trabalhadores a política de conciliação de classes. Essa política é a principal responsável pela classe operária não ter conseguido transformar a sua resistência às privatizações em luta geral contra o entreguismo da burguesia nacional e o saque imperialista. A divisão do movimento em inúmeras centrais constitui um grande obstáculo para a independência política das organizações sindicais e unidade do movimento operário.

Está claro que as direções colaboracionistas são as principais responsáveis diante das privatizações. Neste momento, a classe operária está diante da ofensiva de Bolsonaro contra a Petrobras. Ou as direções sindicais organizam um movimento nacional contra as privatizações e pela reestatização, sob o controle operário da produção, ou o entreguismo mais uma vez se imporá. Não será por meio de campanha eleitoral que os sindicatos enfrentarão o

programa de privatização de Bolsonaro. Não será com a promessa de um novo governo burguês que os monopólios e o capital financeiro desistirão de se apossar do patrimônio público. Trata-se dos explorados rejeitarem o eleitoralismo, e exigirem a organização da luta coletiva por um programa próprio de reivindicações.

Esse Manifesto do POR dirige-se à classe operária e ao conjunto dos explorados. É obrigatório exigir das centrais, sindicatos e movimentos que rompam com a política de conciliação de classes e de subserviência às forças burguesas antinacionais e antipopulares. Que se coloquem pela organização de um movimento contra a privatização da Petrobras, Correios, e pela reestatização sem indenização das estatais privatizadas, sob o controle operário da produção. Que constituam uma frente única anti-imperialista, em defesa da independência nacional e por um governo operário e camponês. Que se coloquem pela estatização das fábricas fechadas. Que ergam as reivindicações de defesa da força de trabalho e da vida da maioria oprimida, por emprego, salário e direitos trabalhistas. Que convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, que preparem as condições para uma greve geral.

Esta manifestação dos petroleiros e de outros trabalhadores deve também levantar a bandeira de fim da guerra na Ucrânia. O imperialismo norte-americano e aliados europeus insistem em prolongar o conflito, mesmo que suas consequências tenham recaído brutalmente sobre os explorados do mundo inteiro, principalmente dos países de economia atrasada e mais pobres. O avanço da fome e da miséria é visível. A Pandemia agravou e, agora, com a guerra, a inflação e a alta do custo de vida estão golpeando duramente a maioria oprimida. O Partido Operário Revolucionário chama os sindicatos a lutarem contra a guerra de dominação, a miséria e a fome. Chama a se colocarem pelas bandeiras levantadas pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional: desmantelamento da OTAN, revogação das sanções econômicas dos Estados Unidos e aliados contra a Rússia, autodeterminação, integralidade territorial, e retirada das tropas russas da Ucrânia.

Pelo fim das privatizações e reestatização da já privatizadas, sob o controle operário da produção!

Abaixo o projeto de lei 1583/22!

Pelo fim da guerra na Ucrânia!

Minas Gerais

Todo apoio à luta dos petroleiros da REGAP!

Não à venda da refinaria! Abaixo as privatizações!

A Refinaria Gabriel Passos (REGAP), situada em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte / MG, está sob a ameaça de privatização. Os petroleiros, em resposta, decretaram o “estado de greve” e marcaram manifestações em algumas localidades, incluindo um ato em frente à REGAP, na segunda (18/7), pela manhã.

Já são várias as estatais entregues ao capital privado no último período, inclusive de empresas estratégicas, como a

Eletrobras. A própria Petrobrás vem sendo “fatiada” e privatizada em partes: em 2013, o governo Dilma entregou o Campo de Libra, e Bolsonaro, em 2021, concluiu a venda da BR Distribuidora, antiga subsidiária da Petrobras, só para citar dois exemplos.

Além da entrega das riquezas nacionais, a privatização coloca em risco os empregos dos trabalhadores, e pode levar ao aumento do preço das mercadorias/serviços oferecidos à população.

O Boletim Nossa Classe se coloca pela vitória dos petroleiros da REGAP! Vitória que só virá com a greve e com a expansão do movimento. Daí a importância de que as Federações e as centrais sindicais mobilizem os petroleiros em todo o país. Mais ainda: a luta contra as privatizações deve fazer parte do combate mais amplo em defesa dos empregos, salários e direitos. O Nossa Classe defende que se convoque um Dia Nacional de Lutas, como primeiro passo para uma greve geral. ■

São Paulo

Ato “Justiça para Marcelo Arruda” é convertido em campanha eleitoral

Realizou-se, no dia 17/7, no MASP – Av. Paulista, o ato nomeado de “Justiça para Marcelo Arruda”, militante petista assassinado pelo policial bolsonarista Jorge Guaranho, no dia 9/7, em Foz do Iguaçu/PR. A convocatória continha a assinatura do PT, PSB, PSOL, PCdoB, REDE, PV e da Frente Brasil Popular. Ao final do texto, encontra-se a palavra de ordem que deveria guiar a manifestação, de acordo com os organizadores: *“Nenhuma violência impedirá nossa vitória”*. Uma faixa foi levada à avenida com os mesmos dizeres. De fato, a escolha da frase estava bem de acordo com o conteúdo dado ao ato, lamentavelmente, pacifista e eleitoreiro.

A decisão de fazer um ato de rua em repúdio ao assassinato foi correta. Por esse motivo, o POR esteve presente, tendo levado uma nota impressa, e feito um pronunciamento, expressando a linha da nota.

Quanto ao conteúdo dado à atividade, o POR discordou. Primeiro, a defesa do pacifismo não corresponde à necessidade de enfrentamento ao fortalecimento das tendências fascizantes. A história já demonstrou que toda forma de violência possui um conteúdo de classe. Rejeitar a “violência” em geral significa, em última análise, desconhecer a única via pela qual os oprimidos podem de fato responder aos seus interesses, que é a violência revolucionária, a qual é necessariamente coletiva e organizada. O segundo aspecto de divergência se encontra no uso eleitoral da

manifestação. É uma infâmia a transformação de um ato de repúdio ao assassinato de um militante em uma atividade de campanha. Contudo, foi esse o tom predominante, expresso na bandeira “a Justiça virá pelas urnas”. A ingenuidade dessa afirmação é gritante. O crescimento da ultradireita e das tendências fascizantes corresponde ao acirramento da luta classes que, por sua vez, deita raízes na crise estrutural do capitalismo. Em outras palavras, a violência bolsonarista é uma expressão, dentre muitas outras, da barbárie capitalista.

Daí a necessidade de combinar o combate a cada manifestação da barbárie – a exemplo do assassinato de Marcelo – com a luta estratégica, de caráter anticapitalista. O que exige erguer a luta geral dos explorados, com o proletariado à frente, partindo de suas necessidades elementares (emprego, salário e direitos), de forma a reunir a força social capaz de derrotar a ultradireita, e avançar no programa de reivindicações dos oprimidos.

O POR compareceu ao ato demonstrando a importância de que as centrais, sindicatos e movimentos convocassem um Dia Nacional de Lutas, como primeiro passo para a construção de uma greve geral no país. Com as massas em movimento, será possível constituir os Tribunais Populares, através dos quais os oprimidos poderão julgar e punir os responsáveis pelo assassinato de Marcelo, bem como de todos os crimes de classe da burguesia. ■

Nota do POR distribuída na manifestação em São Paulo

Assassinato de petista por bolsonarista é expressão da barbárie **Só a luta dos explorados pode conter a ofensiva reacionária**

No último final de semana, os jornais e redes sociais estamparam a notícia do brutal assassinato do petista Marcelo de Arruda, por um bolsonarista, Jorge José Garanhão. Não é necessário discorrer sobre cada momento do ocorrido, um vídeo circula as redes e mostra toda a ação. Cabe apenas destacar que, ao adentrar a festa de aniversário de Marcelo, o agente penitenciário Jorge gritava coisas do tipo “aqui é Bolsonaro”, “mito”, “Lula ladrão”, “fora PT”. Não se trata, evidentemente, de buscar as razões individuais para esse acontecimento. Este crime de ódio político não é apenas um desvio individual, mas expressão da barbárie capitalista em que vivemos.

Não deve haver dúvidas de que este brutal assassinato, bem como a colocação de uma bomba caseira em um ato de apoio à candidatura de Lula no Rio de Janeiro, na semana passada, são eventos promovidos e impulsionados pelo próprio presidente da República, Jair Bolsonaro. Esta é a face fascizante de seu governo, que também é militarista e ultraliberal, profundamente entreguista das riquezas nacionais. Sua componente fascizante promove ataques verbais e físicos contra negros, indígenas, mulheres, quilombolas, pessoas trans, além dos “vermelhos”.

A exploração capitalista mutila o corpo e a mente dos explorados e das classes médias, promovendo assim um profundo rebaixamento cultural, que aliado à crise econômica devastadora e à paralisia do movimento social, formam as condições necessárias para que parte das massas e da classe média siga os discursos e ações de aventureiros fascistas, que apontam para soluções fáceis e criam um inimigo imaginário, no caso do bolsonarismo, o “co-

munismo do PT”.

A mídia burguesa, os liberais de esquerda e de direita, o reformismo petista etc. correm para fazer campanha pelo pacifismo. Defendem a passividade das massas diante da violência reacionária. Condenam o armamento, a violência em geral, e atribuem a responsabilidade à polarização política em que o Brasil se encontra atualmente.

O proletariado e demais setores dos explorados não devem ser contra a violência em geral, afinal possuem sua própria violência: a violência revolucionária. A violência das massas oprimidas contra seus opressores, a violência coletiva da classe operária e demais trabalhadores contra todos aqueles que promovem ou defendem a exploração capitalista. A história está repleta de exemplos, como nas revoluções proletárias, em que os explorados se valeram de seus métodos e de sua violência coletiva para destronar do poder político e econômico a classe exploradora.

Já a violência individual é, via de regra, reacionária. Isso porque não contribui e ainda obstaculiza a organização e luta dos trabalhadores por suas necessidades e contra o fim da exploração. É nessa situação que a burguesia aproveita para ampliar seu aparato repressivo, suas leis discriminatórias, sua força policial, sua vigilância, aumenta o medo da população e o desespero pequeno burguês, que vão impulsionar as campanhas pacifistas e o oportunismo eleitoral. Todos esses fatores dificultam a luta das massas pelo poder.

A resposta contra esse bárbaro assassinato e contra qualquer outra violência reacionária deve ser dada no campo da luta de

classes. Deve ser respondida de forma coletiva e organizada pelas massas em luta, nas ruas e com seus próprios métodos e suas próprias reivindicações. Que as centrais, sindicatos e movimentos e partidos que se reivindicam dos explorados organizem um Tribunal Popular, para julgar mais esse crime da burguesia e preparar as condições para a autodefesa. Só assim o bolsonarismo perderá terreno e será sepultado na lixeira da história. Essa é a única forma de conter as violências reacionárias e ameaças golpistas de Bolsonaro e do bolsonarismo.

Contudo, o problema está em que o proletariado sofre de uma profunda crise de direção. Os sindicatos, centrais sindicais, movimentos populares, estudantis, etc. estão profundamente sub-

metidos ao petismo e sua política conciliatória e eleitoreira. Neste momento, a absoluta maioria do movimento social serve de cabo eleitoral para a eleição de Lula, e vira as costas para as necessidades dos trabalhadores. O POR atua para romper esse dique de contenção da luta de classes. Condena esse brutal assassinato e considera que os trabalhadores em luta são a maior defesa para os próprios trabalhadores.

Pela constituição de um Tribunal Popular para julgar e punir os crimes da burguesia!

12 de julho de 2022

São Paulo / Manifestação em São Matheus expressou o oportunismo eleitoreiro da Unidade Popular (UP)



No dia 16/07, a frente “Povo na Rua” convocou uma manifestação “contra o golpe, o desemprego, a fome, a miséria, a carestia e a violência contra o povo”. A manifestação contou com algumas dezenas de pessoas, na sua maioria militantes da UP, e realizou uma passeata pelo bairro da zona leste de São Paulo.

Apesar do palavreado contra o desemprego, a fome e a miséria, que apareciam vez ou outra nas palavras de ordem, o essencial da agitação organizada pelos estalinistas da Unidade Popular (UP) era eleitoreira, puxada pelo “Fora Bolsonaro”, e muito distante da real defesa da organização da luta com independência de classe. O manifesto distribuído pelo UP mostrava isso ainda mais explicitamente. Basta ver que se tratava de uma carta de apresentação personalista de seus candidatos às eleições, e que dizia que a UP era a saída para a crise, a qual era atribuída à “incompetência do fascista Bolsonaro”.

O POR esteve presente na manifestação combatendo o eleitorismo, com seu Boletim Nossa Classe de julho, e sua carta exigindo das centrais, sindicatos e movimentos a mobilização e organização da luta com independência de classe contra a pobreza, miséria e a fome.

Pela livre distribuição dos panfletos

Antes do ato, os militantes do POR foram surpreendidos com a atitude repressiva dos seguranças do metrô, quando distribuíam o Boletim Nossa Classe contra a fome e a miséria no calçadão em frente à estação. Diziam que a distribuição de panfleto no local era proibida, porque se tratava de uma propriedade do Metrô. Ameaçou os militantes, que questionaram a proibição, de chamar a polícia. O fato ocorrido em São Mateus não é um caso isolado. Os seguranças do Metrô têm sido extremamente repressivos. Expulsam moradores de rua que utilizam o banheiro, na base do cassete, fecham os portões para impedir que moradores se abriguem do frio e da chuva, arrancam as mercadorias dos que fazem bico nos trens, revistam negros que supostamente consideram bandidos, impedem crianças de passar nas catracas sem pagar, e proíbem a distribuição de panfletos nas estações. Agem como polícias a mando das empresas privadas, terceirizadas e do governo.

O Boletim Nossa Classe denuncia a truculência desses seguranças. Defende a total liberdade de manifestações e distribuição de panfletos nas estações de metrô, trens, etc.

Boletim Nossa Classe Ecetista – julho

O Boletim de julho trouxe, mais uma vez, o informe da Campanha Salarial 2022/2023 da categoria, cuja data-base é agosto. Desta vez, mostrou a passividade e o imobilismo das direções sindicais, que não convocam o conjunto dos ecetistas para a luta contra as propostas da direção dos Correios.

Apesar da inflação galopante, do desemprego geral, da quebra de direitos, a direção da ECT se vê livre para apresentar um índice de reajuste de menos de 2%, e de retirada de mais cláusulas sociais do Acordo Coletivo de Trabalho. Os Correios têm apresentados lucros recordes nos últimos anos, também em função do papel colaborador das direções sindicais ligadas à FENTECT (cutista) e à FINDECT (cetebista).

Sem convocar as assembleias gerais, sem organizar manifestações ou preparar a greve da categoria, por meio das paralisações, as direções apenas denunciam virtualmente a ação da patronal enquanto, na prática, continuam a fazer politicagem, entregando “cartas” ao candidato Lula.

O Boletim Nossa Classe Ecetista apresenta os passos para que se desenvolva uma verdadeira Campanha Salarial, que se inicia pela organização das assembleias e dos comitês de mobilização, e continua na adoção dos métodos da ação direta e na aprovação de um conjunto de reivindicações e de bandeiras, para constituir um movimento nacional. O boletim mostra que esta Campanha deve ser parte de uma campanha maior para combater a fome, o desemprego, a destruição de direitos, o rebaixamento salarial e a política privatista. Por isso, mantém a campanha por um “Dia Nacional de Luta”, que deve ser o pontapé para a retomada das greves gerais, que coloquem contra a parede os governos e os capitalistas.

Como nos últimos meses, o Boletim levanta a campanha internacionalista do CERQUI pelo fim da Guerra na Ucrânia, que entrelaça a crise mundial do capitalismo ao atual conflito, e levanta as bandeiras que podem unificar o proletariado russo, ucraniano e europeu.

Trabalhadores dos Correios (Ecetista)

Direito irrestrito de greve Pelo atendimento imediato das reivindicações

Diante do aumento da superexploração do trabalho, os trabalhadores dos Correios de Itajaí, Santa Catarina, foram à greve. Exigem mais contratações, revisão do horário de entrada, e melhores condições de trabalho. Ao invés de receber os grevistas e suas reivindicações, a Gerente de Atividades Externas (Gerae), responsável pela unidade, chamou a polícia. Trata-se de uma medida punitiva ao direito de

greve, e uma forma para responsabilizar criminalmente o sindicato.

A situação dos trabalhadores dos Correios se tem agravado. O que se passa em Itajaí ocorre, também, em outras unidades. O plano do governo Bolsonaro é privatizar os Correios. Passos têm sido dado nessa direção, como o aumento da terceirização, a não contratação direta de trabalhadores, jornadas de trabalho estafantes, e não re-

posição das perdas salariais. A tarefa das direções sindicais é organizar a luta nacional. As greves isoladas, como essa em Itajaí, não têm a força necessária para enfrentar o plano de privatização do governo e as duras condições de emprego, salário e direitos em que vivem os ecetistas. Romper a política corporativista das direções é fundamental para avançar a luta dos trabalhadores. ■

São Paulo

Boletim da Corrente Proletária na Educação - julho

O Boletim traz cinco artigos, sendo que os dois primeiros são de análise política mais geral, enquanto os demais são textos de denúncia dos problemas concretos da educação estadual. O primeiro trata da guerra na Ucrânia; o segundo, sobre a agudização da crise educacional brasileira; o terceiro, sobre o aumento da exploração dos contratados (Categoria O), o quarto, sobre a farsa das avaliações de aprendizagem do governo; e o último é uma denúncia sobre a perseguição política aos lutadores.

Sobre a guerra na Ucrânia, a posição defendida no Boletim é a que o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI), do qual o Partido Operário Revolucionário faz parte, vem desenvolvendo. O título aponta uma mudança importante das últimas semanas, que se trata das decisões da Cúpula de Madri, que voltaram o foco para a aliança entre Rússia e China, recrudescendo o risco de uma conflagração militar mais ampla. A nota conclui com as bandeiras que correspondem à atual situação: fim da guerra na Ucrânia; desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos; revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação, integridade territorial, e retirada das tropas russas da Ucrânia. Não à submissão da Finlândia e Suécia à estratégia de guerra dos Estados Unidos! Rompimento de todos os acordos e pactos militares entre os próprios países membros da OTAN! Fim do cerco militar à Rússia e China!

O texto intitulado “Aprofunda-se a crise da Educação” traz um panorama sobre os diversos problemas graves, que vêm assolando o setor no último período, a saber: “a piora das condições de vida, o avanço do sucateamento do ensino, os desdobramentos nocivos da Pandemia na aprendizagem, entre outros elementos, combinados com os escândalos de corrupção envolvendo o Ministério da Educação (MEC)”, que conformariam um quadro de “profunda desagregação”. Na conclusão, o artigo levanta a crítica ao eleitoralismo das direções sindicais, colocando a necessidade de avançar nos métodos de luta, o que passa pelo combate unificado dos explorados nas ruas, combinando a defesa da educação pública com a defesa geral das reivindicações mais sentidas das massas (emprego, salário e direitos).



O terceiro artigo chama-se “Chega de exploração!”. Começa levantando as bandeiras de luta que devem servir para mobilizar o professorado paulista: “Abaixo o aumento da carga horária dos professores contratados! Erguer a luta para pôr abaixo o ‘novo Plano de Carreira’! Que a direção da Apeesp convoque uma assembleia presencial, amplamente divulgada, para organizar a luta coletiva!” Trata-se de uma importante denúncia sobre mais um ataque do governador Rodrigo Garcia (PSD) sobre a categoria. Mas não é somente um texto de denúncia, pois, aponta para as tarefas práticas que precisam ser levadas a cabo para enfrentar a ofensiva governista.

Os dois últimos abordam temas mais pontuais, mas, nem por isso, menos importantes. De um lado, a questão das avaliações externas, repercutindo a realização da avaliação diagnóstica para os alunos do 1º ano do Ensino Fundamental. É um antigo problema: “o governo, do alto de seus gabinetes, inventa uma prova, sem ter a noção do que ocorre no chão das escolas dos bairros pobres”. O texto que fecha o Boletim denuncia a perseguição, utilizada pelo governo estadual, de abrir processos (e outros artifícios) para tentar frear a resistência do professorado, particularmente contra as PEIs e contra a fraude da “Nova Carreira”. Diz que o movimento deve responder à repressão, ampliando a mobilização da categoria de conjunto, e dos oprimidos em geral. Por fim, faz um chamado à vanguarda para fortalecer a Corrente Proletária, participando de suas atividades, do combate à burocratização dos sindicatos, e da defesa das reivindicações que unificam os trabalhadores da Educação com os demais explorados. ■

Direções sindicais falam em “qualidade de ensino”, mas não combatem o ensino a distância

Uma pesquisa recente trouxe o quadro estarrecedor da formação de professores. Diz que, a cada 10 professores, que se formaram no país em 2020, 6 cursaram a graduação a distância (EaD). Dos cerca de 235 mil que terminaram o curso de pedagogia, 143 fizeram a graduação por meio do EaD. Mostrou que não se trata de uma particularidade do período da Pandemia, mas que há dez anos essa modalidade mais do que dobrou.

Esses dados confirmam a que ponto chegou a decomposição da Educação. Uma enorme quantidade de estudantes vê no EaD a única alternativa de obter um

diploma e arrumar um trabalho na Educação. Por outro lado, os governos facilitam a proliferação dessa modalidade, para atrair os estudantes pobres, que não têm acesso à universidade pública, nem recursos para frequentar uma graduação privada. A maioria tem outro trabalho e usa parte de seu salário para buscar um diploma de graduação, na expectativa de melhorar sua condição de vida. O EaD deu um salto com a Pandemia e, hoje, boa parte dos cursos de aperfeiçoamento para professores é feito por esse instrumento privado.

A consequência desse crescimento se manifesta nas condições de ensino e na

queda acentuada da aprendizagem por parte das crianças e jovens. A responsabilidade recai inteiramente no governo, que não garante o acesso a todos ao ensino superior público, aos seus programas de incentivo ao EaD, a introdução dessa modalidade na educação básica, a obrigatoriedade de aperfeiçoamento dos professores utilizando as plataformas de EaD, sem dizer os cortes de recursos à Educação pública. Por sua vez, as direções sindicais, que tantos discursos fazem sobre a qualidade de ensino, não combatem essa excrescência, criada pelo capitalismo em decomposição. ■

São Paulo

Avança o projeto de privatização na rede municipal de ensino

Tramita, na Câmara Municipal, desde agosto/2021, o PL 573/21, que visa a implementar sistema de gestão compartilhada nas escolas de Ensino fundamental e médio da Prefeitura de São Paulo, em parceria com Organizações Sociais (OS). O PL é de autoria da vereadora Cris Monteiro (Novo), com a coautoria requerida pelos vereadores Rubinho Nunes (União) e Fernando Holiday (Novo). Já há um parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da administração pública, e se encontra nas mãos da comissão de Educação, Cultura e esportes, a qual recebeu recentemente manifestação contrária, expedida pelo Fórum Municipal de Educação, bem como tem recebido manifestações de repúdio de representantes dos intelectuais da academia, e do coletivo gestores em Luta, da própria rede. As entidades sindicais, apesar de se manifestar de forma contrária ao PL, não organizaram até agora nenhuma ação efetiva de enfrentamento a esse projeto privatista.

O PL, que comparece com a falácia da melhoria da qualidade de ensino por meio de um novo modelo de gestão, tem como principal finalidade a de se apropriar dos recursos orçamentários destinados à Educação, que é de aproximadamente R\$ 13,7 bilhões, objetivo esse que é claramente evidenciado na justificativa do PL.

Uma matéria publicada em 19 de julho diz que, a partir de dados do relatório Escolas Charter e Vouchers, a iniciativa privada na rede pública tem impacto nulo ou muito baixo sobre o desempenho dos estudantes. A mesma pesquisa ainda conclui que “a entrada de entes particulares aumenta a desigualdade no sistema, gerando segregação racial e socioeconômica dos alunos mais vulneráveis”.

No entanto, além da apresentação dos dados da pesquisa mencionada acima, a matéria alerta também para um possível problema financeiro, já que: “Escolas conveniadas não podem receber dinheiro do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), principal mecanismo de transferência de recursos da União às redes municipais e estaduais”. A prefeitura precisaria buscar recursos próprios para financiar escolas geridas pela iniciativa privada. Um custo equivalente a R\$ 5,9 milhões por ano aos cofres públicos, para uma escola com mil alunos.

Sobretudo, apesar do óbvio interesse na administração dos re-

ursos orçamentários, o PL que prevê como prioridade o compartilhamento da gestão das escolas de ensino fundamental e médio já aponta o caminho do seu avanço, que é a substituição da gestão pública pelas OSs, no caso da criação de novos equipamentos, conforme consta no art. 5: “não se eximindo a possibilidade de utilização de equipamentos públicos a serem inaugurados”.

São inúmeros os exemplos que apontam para essa substituição da gestão pública direta pela gestão privada, a própria rede conveniada implementada na educação infantil paulistana demonstra esse percurso, já que, há muito, não há expansão da rede pública direta, mas apenas da rede conveniada e, quando a prefeitura constrói novos prédios, estes também são entregues à gestão privada, constituindo a chamada rede indireta. Outros municípios têm trilhado o mesmo caminho, iniciando o processo de privatização pelas escolas de educação infantil, com a justificativa do déficit de vagas, e depois seguem expandindo para outras modalidades de ensino, um exemplo é o município de Barueri, que já entregou todas as maternais (atendimento das crianças de 0 a 3 anos) para a gestão privada, e os servidores foram removidos para outras unidades, e agora se avança com a entrega do atendimento das crianças de 4 e 5 anos (pré-escola), por meio da construção de novos equipamentos, que são entregues diretamente para a gestão privada.

Em debate realizado recentemente, Prof. Luiz Carlos de Freitas (FE-UNICAMP), refere-se à trajetória de destruição da Educação pública, em que esta primeira etapa, das escolas terceirizadas sem fins lucrativos, podem ser caracterizadas como “máquinas de lavagem de dinheiro”, já que a entidade que as administra, mesmo sendo “sem fins lucrativos”, favorece empresas privadas lucrativas, que se associam a ela, sejam por laços comerciais ou de parentesco.

O privatismo, embora comece com o discurso da entrega para organizações ditas “sem fins lucrativos”, depois avança para a inclusão das instituições privadas propriamente ditas, e finalmente, avança para a adoção de “vouchers”, que permitem que os pais matriculem os seus filhos onde bem entenderem, usando dinheiro público, sejam ou não instituições privadas lucrativas ou confessionais, ou mesmo “homeschooling” – desmantelando toda a rede pública.

Outro objetivo do PL privatista é o controle dos conteúdos curriculares, por meio de investimento social privado, já que as OSs terão total liberdade para estruturar a matriz curricular, o “Projeto Político Pedagógico (PPP)”, as metodologias de ensino, a organização escolar (possibilidade de ampliação da carga horária) e os materiais pedagógicos. O que significa dizer que terão total liberdade para fazer negócio com os recursos da Educação, por meio do favorecimento de outros capitalistas da educação. É clara a denúncia do acadêmico Luiz Carlos de Freitas – “Esta visão se comprova ao observarmos que o PL573 garante à terceirizada o controle total da escola para implementar o seu projeto junto com seus parceiros privados: produtores de plataformas de ensino online, material didático, consultorias específicas, empresas de avaliação, empresas de infraestrutura, manutenção, etc.”

Dentre os inúmeros ataques, o PL também atingirá conquistas mais específicas dos trabalhadores da Educação, uma vez que as OSs terão autonomia para montar sua equipe de professores, diretores, vice-diretores e secretários, ou seja, com a implementação da gestão compartilhada, os servidores efetivos, para se manterem em suas unidades de lotação, terão de se submeter ao novo regime de contratação proposto pelas OSs, pleiteando ingresso no modelo de gestão e contratação, caso contrário, serão obrigados a se remover para outras unidades que ainda não possuem a gestão compartilhada, o que, com o seu avanço, se tornará impossível.

Essa autonomia das OSs na contratação do pessoal significará, no curto prazo, a mudança na posse dos cargos, que até então se dá por meio de concurso público, bem como na enorme possibili-

dade de anulação de outros direitos, dentre eles, principalmente a estabilidade, que já vem sendo ameaçada pelas diferentes esferas governamentais, bem como o atual regime de remuneração. Portanto, a luta contra o PL 573/21 deve partir da defesa da educação pública e dos direitos dos trabalhadores pelo emprego e pelo salário. Sobretudo, a organização dessa resistência precisa estar assentada nas necessidades mais elementares dos oprimidos, combinando o combate ao PL 573 com a luta contra a carestia de vida, em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos. Portanto, se faz necessário exigir que as centrais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos sociais organizem um movimento regional e nacional, convocando os diversos setores em campanha – a exemplo dos petroleiros, que também estão lutando contra a privatização – para ações unitárias de rua.

Neste processo de organização da luta, é necessário também combater as ilusões em torno da possibilidade de modificar o PL, canalizando a luta para a pressão parlamentar, de forma a tornar a terceirização mais “eficiente”, ou acreditar que o problema se encontra na atual fragilidade da legislação vigente, restringindo o problema à fiscalização, ao acesso e ao monitoramento do funcionamento e da aplicação dos recursos por parte da comunidade escolar. O fundamental está em que o PL é privatista.

A Corrente Proletária na Educação/POR denuncia mais esse ataque à educação pública, e defende que a única forma de o derubar é a luta direta e unificada. Levanta a bandeira da expropriação de toda rede privada, sem indenização, e criação de um único sistema de ensino, público, estatal, sob o controle de quem estuda e trabalha, voltado à produção social. ■

São Paulo

Boletim da Corrente Proletária na Educação – municipais

O artigo de abertura do Boletim trata da conjuntura. Começa mostrando o problema da continuidade da guerra na Ucrânia, particularmente sobre as decisões da Cúpula de Madri, que deslocaram o foco do imperialismo, inclusive militarmente, sobre a relação entre a Rússia e a China. Levanta as bandeiras práticas de luta empunhadas pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI): fim da guerra na Ucrânia; desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos; revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação, integralidade territorial, e retirada das tropas russas da Ucrânia. Não à submissão da Finlândia e Suécia à estratégia de guerra dos Estados Unidos! Rompimento de todos os acordos e pactos militares entre os próprios países membros da OTAN! Fim do cerco militar à Rússia e China! O artigo traz ainda as consequências econômicas da guerra, que incidem sobre a realidade, exacerbando a crise do capitalismo, particularmente sobre os preços das mercadorias de primeira necessidade, ampliando a miséria e a fome.

O artigo seguinte é sobre o PL 573, que tramita na Câmara Municipal de SP, cujo conteúdo é a privatização das gestões escolares da rede. A nota apresenta uma descrição dos principais aspectos do PL, demonstrando que se trata de um ataque sobre os trabalhadores e sobre a Educação pública, de maneira geral. Diz: “a terceirização serve tão somente para alimentar o parasitismo de determinados grupos econômi-

cos. Sua essência é privatista, não tem qualquer vínculo com a ‘qualidade’ da Educação”. A conclusão traz um chamado à organização, no campo político-sindical, de modo a erguer a força social capaz de impor a retirada do PL na íntegra.

O último artigo trata da campanha salarial. Mostra que a proposta apresentada pelo governo é uma tentativa de silenciar a categoria, mediante a concessão de um reajuste rebaixado, enquanto o próprio governo se encontra claramente aplainando o terreno, nos bastidores, para avançar em seu intento de aprovar a introdução do regime de subsídios também na Educação, assim como já fez em outros setores da administração municipal, e como o governo estadual também já realizou, inclusive com a Educação. Critica a política da direção do SINPEEM, que até o momento não convocou uma assembleia sequer, para que a própria categoria pudesse decidir sobre os rumos da campanha salarial, além dos demais encaminhamentos necessários. Daí a importância do título da nota, que traz uma cobrança à diretoria do sindicato, para que chame uma assembleia presencial imediatamente.

Por fim, mostra a necessidade urgente das direções sindicais convocarem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários e direitos, contra a fome e miséria, contra as privatizações e em defesa de um sistema único de educação, público, gratuito, laico, sob o controle de quem estuda e trabalha, e voltado à produção social. ■

Rio de Janeiro

Calamidade nos trens

No Rio de Janeiro, o trem é o transporte que faz com que as massas dos bairros proletários, tanto da cidade do Rio de Janeiro, como da Baixada Fluminense (região com 13 municípios), cheguem ao centro da cidade. Por transportar esse proletariado e por ter sua última estação (Central do Brasil) no Centro, o mau funcionamento dos trens afeta diretamente a permanência desses trabalhadores nos seus empregos, e a procura dos que estão à busca de um, ou seja, contribui com a situação de miséria das massas.

O mau funcionamento inclui atrasos diários, logo nas primeiras horas do dia e nos horários de pico, a falta de trens expressos em um dos principais ramais do serviço, cancelamento de viagens em qualquer horário, sem aviso prévio da Supervia (empresa responsável), horário de término da circulação pouco depois das 22h, e uma falta de trens nos horários da noite, justo quando os trabalhadores tentam chegar nas suas casas. Simultâneo a isso, o aumento da violência, sintoma da barbárie que tem chegado dentro dos trens. Recentemente um homem foi morto dentro de um vagão no Ramal Santa Cruz, em Deodoro.

Há pouco tempo, a Supervia anunciou que no dia primeiro de agosto, o trem expresso voltará em todos os horários, como era antes da Pandemia, e que foi tirado pelo argumento de me-

lhor funcionalidade e de escassez dos passageiros, que a Supervia alegou estarem em casa, devido a política burguesa do “fique em casa”. O que deveria ser uma boa notícia para os trabalhadores, é visto com suspeita por parte deles de que, com isso, temem que a empresa cumpra o aumento de passagem que pediu ao governo para implantar. De R\$ 5,00, a passagem subiria para R\$ 7,00, um preço que, somado à falta de Integração dos transportes no Rio de Janeiro, agrava os índices de pobreza e miséria que se alastra sobre o proletariado. Cabe lembrar que o Metrô Rio já cobra o abusivo preço de R\$ 6,50 pela passagem.

A luta pelo transporte no RJ, ou em qualquer lugar, é parte da luta mais geral pelas condições de vida das massas. Faz parte da luta por emprego, salários, direitos trabalhistas, etc. É nesse marco que as organizações que reivindicam da luta dos trabalhadores devem compreender e impulsionar um movimento nacional por essas condições. As promessas eleitorais de melhora dessas condições não passam de embuste. Já são décadas e décadas em um sistema de transporte que só piora. É preciso dar uma resposta no campo da luta de classes. Por isso, o POR defende a convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações, greves e bloqueios, como forma de preparar a greve geral no país. ■

Rio de Janeiro

UFF: “Cadê nossas bolsas”. Descaso com a permanência e abandono das direções do movimento estudantil

A Universidade Federal Fluminense caminha para o final de seu primeiro semestre, após um longo período de grave crise pandêmica e de ensino estritamente a distância. O cenário atual de crise política e econômica denota a precarização e os ataques frequentes que a universidade pública vem sofrendo, com cortes de verbas que afetam diretamente o funcionamento da instituição, tanto quanto o assistencialismo, voltado aos estudantes pobres e costitas que necessitam de permanência.

Nesse sentido, o POR vem denunciando na UFF o desserviço da atual gestão do DCE (UJS/Levante), que ficou paralisada na Pandemia, desmobiliza os estudantes, é antidemocrática diante das deliberações coletivas, e está completamente imbuída nos interesses burocráticos dentro da instituição. Outro organismo que representa o

atraso e os interesses da burguesia dentro da universidade é a reitoria, atualmente representada por Antônio Cláudio, que foi reeleito recentemente, com apoio da atual gestão. Caminhando no sentido contrário, o campo de oposição, composto por UJC, Correnteza, Juntos, Rebeldia e militantes independentes, no qual a Corrente Proletária Estudantil/POR intervém, vem construindo um movimento em torno das demandas por assistência estudantil.

O problema é muito grave, a evasão estudantil salta aos olhos com a universidade mais esvaziada. Muitos não receberam suas bolsas, e não conseguem se manter. No dia 14/07, houve um ato em frente à PROAES (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis), localizada dentro do campus em Niterói, denunciando o atraso de mais de 3 meses para o pagamento das bolsas, co-

brando o pagamento das mesmas, e defendendo a inclusão de todos os deferidos no processo de solicitação das bolsas e auxílios. Durante o ato, foi entregue uma carta de reivindicações ao vice pró-reitor, e criada uma comissão de estudantes para levar as demandas diretamente ao pró-reitor.

Diante disso, a Corrente Proletária Estudantil vem intervindo no interior desse movimento e da universidade com a política operária, em defesa dos métodos dos explorados para conquistar nossas reivindicações. As manifestações de rua, as greves e ocupações fazem parte desses métodos. A luta por permanência estudantil faz parte da luta pelas necessidades mais imediatas dos trabalhadores. Assim, defendemos que a massa estudantil tome para si as bandeiras pelos empregos, salários e direitos. ■

Rio Janeiro

Boletim da Corrente Proletária Estudantil UFF – julho/agosto

O Boletim de Julho-Agosto da Corrente Proletária Estudantil na Universidade Federal Fluminense traz como destaque uma apresentação de nosso Programa Estudantil. Isso será útil, pois, o movimento estudantil começa a debater a próxima eleição para o DCE. Nesta apresentação, expõe os principais aspectos do programa, que serão complementados nas próximas edições. O fundamento de nosso programa está na caracterização do capitalismo no Brasil e da escola de classe, que se impõe para a

maioria oprimida. Essa escola de classe se baseia na separação entre a Educação e a produção social, entre o fazer e o pensar. Apresentamos então os 15 pontos de nosso programa, e desenvolvemos, neste Boletim, alguns aspectos principais como a luta contra o EaD e outras formas de mercantilização, e a luta pela autonomia universitária. De conjunto, o programa se baseia na seguinte ideia: levar a política e os métodos do proletariado para dentro das escolas e universidades.

Em seguida, o Boletim responde ao problema concreto por que passam os estudantes mais pobres da universidade, que estão com suas bolsas de permanência atrasadas. Formou-se um grupo de oposição, que tem levado a cabo ações e mobilizações para que a universidade entregue as bolsas aos selecionados.

Por fim, o Boletim traz uma nota respondendo a mais uma brutal chacina que ocorreu na última semana, no Complexo do Alemão, zona norte do Rio. Destacamos que o governador

Claudio Castro já coleciona três, das quatro maiores chacinas do estado. Os explorados, no entanto, se veem sem meios de responder ao problema, a não ser de forma instintiva e espontânea. A profunda crise de direção se manifesta no Rio pelo abandono pelas esquerdas da luta pelas reivindicações mais sentidas dos oprimidos. O Boletim conclui com a defesa da constituição de um tribunal popular, para investigar e punir os crimes de classe da burguesia e de seus governos.

■ São Paulo / **Continuidade dos estudos marxistas na universidade**

Dando continuidade aos estudos dos textos revolucionários, foi realizado mais um encontro com estudantes de história, onde foi lido e discutido o capítulo “Escala Móvel de Salários e Escala Móvel das Horas de Trabalho” do Programa de Transição, de Trotsky. A escolha do tema se deu em função da campanha que o POR vem fazendo contra a fome, miséria e desemprego.

Foi feito uma breve apresentação sobre o contexto histórico em que o documento foi redigido, sobre a biografia de Trotsky como um dos líderes da Revolução Russa, e sua luta contra a traição de Stalin e a defesa do internacionalismo revolucionário.

Ao debater o ponto sobre a decomposição do capitalismo e a miséria crescente, os estudantes atentaram para o trecho “as massas (...) são obrigadas a defender seu pedaço de pão, mesmo porque não podem aumentá-lo ou melhorá-lo”. Fizaram um paralelo desse texto e a própria realidade atual, onde cresce o desemprego e os preços dos itens básicos para sua própria existência. Não foi difícil entender que, desde que nascem, suas famílias precisam

trabalhar e lutar por suas reivindicações vitais. Que os capitalistas precisam explorar a força de trabalho. Mas não garantem o emprego a todos os explorados. Daí a importância da defesa da redução da jornada de trabalho, ou divisão das horas nacionais entre todos os aptos ao trabalho, para que ninguém fique desempregado. Foi debatido que é uma bandeira democrática, mas que o capitalismo não pode assegurar. O que implica lutar contra esse regime de exploração.

O mesmo raciocínio ocorre diante do aumento vertiginoso dos preços, e que os salários não podem ficar defasados, com pena de destruir a força de trabalho. Daí a necessidade da defesa de reajuste salarial imediato de acordo com o aumento da inflação, ou escala móvel de salários.

Foi concluído que, se a burguesia não é capaz de sustentar seus escravos, ela tem de perecer. Por último, foi feita uma breve exposição sobre as Internacionais, e a defesa da reconstrução da IV Internacional, do Partido Mundial da Revolução Socialista. ■

■ Rio de Janeiro / **Mais uma chacina**

“O beco aqui na frente de casa está cheio de sangue, e os moradores gritando que tem gente baleada”. Este foi o relato de um morador do Complexo do Alemão, em mais um dia de chacina no Rio de Janeiro.

Às 5h do dia 21 de julho, moradores do Complexo do Alemão (complexo de favelas que fica na zona norte da cidade) começaram a ouvir tiros de diversos pontos da comunidade, em uma operação que contou com mais de 400 policiais, entre eles o BOPE (Batalhão de Operações Especiais), a Core (Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais), da Polícia Civil e a PRF. Foram mobilizados dez veículos blindados e um helicóptero. A megaoperação, segundo a polícia, seria para combater o roubo de veículos, de cargas e bancos.

O resultado da operação foi mais uma chacina, que está entre as 5 mais letais da história do Rio de Janeiro, três das quais sob o governo de Cláudio Castro: Jacarezinho (28 mortos); Vila Cruzeiro (25 mortos) e agora, Complexo do Alemão, com 20 mortes confirmadas até o momento.

Essa é a propaganda eleitoral de Cláudio Castro, o mais bolsonarista dos bolsonaristas. Isso porque segue à risca a cartilha do presidente: no campo ideológico, se mostra conservador, se apoia nas forças policiais, promove a matança diária nos morros e favelas, e, no campo econômico, é profundamente liberal e entreguista. A privatização da Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae), é a mais importante. A mídia burguesa se apressou em dizer que, dos 18 mortos, 16 eram “suspeitos”, o que serve como forma de amainar os ânimos da sociedade sobre a matança. Relatos mostram que policiais invadiram casas de moradores: “Minha mãe está com a casa toda furada de tiro, e presa lá dentro sem poder sair”; “Não tem como entrar nem sair da comunidade”; “É muito tiro, muito tiro mesmo, muita rajada. Mais cedo também teve granada”. Cabe lembrar de que, na mesma semana, a polícia

de Castro matou um jovem desarmado, pelas costas, na região da Lapa. Houve protestos espontâneos dos moradores e comerciantes locais. A situação é de barbárie completa.

Essa é a propaganda eleitoral de Castro, aplaudida por sua base nas redes sociais. Curiosamente, não mexe um dedo nas áreas de milícias. Como opção eleitoral para os explorados, surge a figura de Marcelo Freixo, ex-PSOL, que agora, sob o guarda-chuva do PSB, abandonou qualquer verniz de esquerda que tinha, e se mostra um verdadeiro candidato burguês. Freixo tem intensificado seu discurso em defesa das polícias, o que para os favelados é um crime capital.

Houve protestos instintivos no Alemão. Um de mototaxistas, que não puderam trabalhar no dia da operação, e outro de moradores contra a chacina e contra a polícia. Na maioria dos morros e favelas do Rio, é comum a seguinte situação: as esquerdas não existem, e a política só chega através desse ou daquele vereador ou deputado dos partidos da burguesia, que possuem algum vínculo local. Essa presença é, obviamente, intensificada nos anos eleitorais. Essa situação expressa a forma particular, no RJ, da crise geral de direção do proletariado. Sem suas organizações próprias, seus comitês de luta, seu partido revolucionário, permanecem sujeitas às ações da burguesia, seja a matança e violência policial, seja o eleitoralismo.

A tarefa da vanguarda classista é penetrar nas massas operárias e exploradas, para canalizar seu instinto de revolta para suas necessidades mais sentidas, entre elas, a luta contra a violência policial. Esse novo crime de classe da burguesia, essa nova chacina bárbara, só poderá ser respondida pelos explorados através da constituição de um tribunal popular, que vai julgar e punir os crimes da burguesia e de seus governos, como é o de Cláudio Castro. Essa tarefa depende da construção do Partido Operário Revolucionário nos morros e favelas do Rio e de todo país. ■

POR Pernambuco faz formação sobre Estado Operário, revolução política e restauração capitalista

Como parte da preparação para Escola de Quadros do Nordeste, o POR Pernambuco realizou, em 16 de julho, sua formação política aberta. Foram estudados os extratos dos textos: “A Revolução Traída” (Trotsky-1936) e “a Contrarrevolucionária Perestroika” (Guillermo Lora-1990). A discussão trouxe características da formação e desenvolvimento da burocracia soviética, e o que caracteriza o Estado operário.

A discussão trouxe aspectos da origem do termo “termidor”, que surgiu da revolução francesa, sob os riscos de regressão. Na revolução russa, termidor soviético é definido como a vitória da burocracia sobre as massas. Trotsky aponta que este caminho de retrocesso da revolução tem elementos objetivos como: a absorção da vanguarda revolucionária pelos serviços do Estado; a guerra civil; e fadiga e desilusão das massas. Apesar desta situação enfrentada após a revolução, Trotsky aponta que as relações do Estado Operário com a burocracia soviética são inteiramente novas e cheia de contradições, o que faz com que a transformação da burocracia em uma nova camada social tenha de se assentar em causas sociais mais profundas.

A base do Estado operário é a nacionalização das terras, dos meios de produção industriais, de transportes e de troca, junto com o monopólio do comércio exterior. Na discussão, foi explicado como ocorria o monopólio do comércio exterior pela Rússia, com o controle do Estado operário sobre os produtos exportados e importados, expressando a relação do monopólio do comércio exterior com a planificação da economia russa, o que foi uma conquista de grande importância. Ao mesmo tempo, a centralização da economia nas mãos do Estado, somada à usurpação do poder político proletário pela burocracia, garantiu à burocracia estatal soviética um grande peso social.

Dentre as possibilidades para o desenrolar da Revolução Russa, apontadas por Trotsky, estavam: a revolução política para as massas retomarem o poder político da burocracia stalinista, termidoriana; derrubada da casta burocrática por um partido da burguesia, por vias militares, que tem como principal tarefa restabelecer a propriedade privada dos meios de produção; ou, na impossibilidade das duas anteriores, a manutenção da burocracia no poder do Estado podendo resultar na transformação da burocracia em classe proprietária e a destruição das conquistas da revolução. Trotsky aponta que a permanência da burocracia no poder não se dá de forma estática. Ele previu que a burocracia trabalharia para alterar as relações de propriedade para superar a instabilidade dos seus privilégios e o problema da herança, o que já se mostrava concretamente com o novo culto à família. O que se liga ao “Termidor no lar”, expressão da restauração capitalista no retrocesso na emancipação da mulher, e retorno à escravidão do lar. Assim, ocorreu a valorização da família como unidade econômica, resgatando inclusive interesses de herança.

Um contato perguntou “quem faria a revolução política e revolução social se se observa maior aproximação das pessoas às políticas reacionárias da burguesia?” Para responder, foi destacada a necessidade de superar a crise de direção revolucionária, o que exige tirar as massas da passividade por meio da luta centralizada em torno das reivindicações, recuperação dos métodos próprios de luta e do programa revolucionário. Tarefas indissociáveis da construção do partido operário revolucionário e reconstrução da IV Internacional. A crise de direção é expressão do processo contrarrevolucionário e de restauração do capitalismo pela burguesia

imperialista e burocracia estalinista. Na revolução russa, as massas, por meio da revolução, derrubaram o czarismo e a burguesia, a chave da situação foi a existência da direção revolucionária. Por isso, para as massas reverterem as derrotas das últimas décadas, é necessário trabalharmos incansavelmente pela reconstrução do partido mundial do proletariado.

No texto sobre a Perestroika, Lora aponta que o Estado operário nasce para fazer a transição do capitalismo ao comunismo, mas, dentro do processo de contrarrevolução, a Perestroika serviu para avançar na restauração capitalista. Assim, como previu Trotsky, a burocracia não utilizou das vantagens da revolução na Rússia para avançar pela revolução mundial. Foram apontados os diferentes estágios da restauração capitalista. Lora aponta que a Perestroika não representou uma mudança qualitativa do Estado Operário, apesar da política de Gorbachov ter colaborado intensamente para restauração capitalista. O avanço da restauração capitalista, com a Perestroika, mostra como este processo histórico não se dá necessariamente sob um levante direto da burguesia contra a burocracia estatal.

Dentre as contradições entre os interesses abertamente pró-restauracionistas e os “duros” (ala da burocracia estalinista que busca manter seus interesses de casta, se apoiando na economia estatizada), foi levantada a pergunta “Como a burocracia se relaciona com a classe operária e burguesia imperialista?” Lora aponta que a ligação da burocracia com o imperialismo no processo de restauração, diferente do que ocorria nos anos 1930, na década de 1990 já se dava de forma aberta e consciente. Um elemento levantado por Lora que colabora para destruir as conquistas da revolução russa são as ilusões democráticas cultivadas pela burguesia – a exemplo do que ocorreu na Polônia, e o que está ocorrendo em Cuba, em que as críticas à burocracia estatal são direcionadas por setores pró-burgueses para aceleração da restauração capitalista.

Um contato perguntou “o que o POR acha dos mandatos coletivos para o parlamento burguês?” Apresentou o entendimento de que seriam formas novas mais democráticas, procurando ligá-las à democracia proletária. Respondemos que são formas de manter as massas presas as ilusões democráticas, pois, indicam a representatividade no interior do Estado como solução para a opressão sobre as mulheres, negros, indígenas e homossexuais. Assim, as correntes fortalecem as ilusões dos explorados sob a possibilidade de solução dos problemas da maioria oprimida no capitalismo apodrecido – sem a necessidade de os explorados forjarem a construção independente com seu partido, defendendo a revolução socialista.

A formação foi concluída sob apresentação do jornal Massas 668, ressaltando as bandeiras do POR contra a guerra na Ucrânia, responsabilizando o imperialismo norte-americano pela guerra, condenando as sanções da guerra e suas consequências sobre as massas e pela retirada das tropas russas da Ucrânia, em defesa da autodeterminação e unidade territorial. Além disso, o jornal também traz notas sobre os governos ditos “progressistas”, que diante da crise atacam rapidamente as massas. Assim, vemos que o aprofundamento da barbárie intensifica as tendências de luta, mas a política de conciliação de classes das direções é um obstáculo à organização das massas. Por isso, reforçamos a necessidade da construção de um partido operário revolucionário, e reafirmamos a importância dos 33 anos de construção do POR no Brasil.

Nesta edição:

- **CERQUI:** *Declaração* - Cinco meses de guerra.
- **Lênin:** Acerca do monopólio do comércio exterior / Teses e informes sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado.
- **CERQUI:** *Bolívia* - Maldito governo que não atende aqueles que deram a vida pelo país. / *Argentina* - Guzmán renunciou, mas o acordo colonial com o FMI se mantém. / *Chile* - Com 100 dias de governo, Gabriel Boric sofre um enfadonho repúdio.
- **Panamá:** As massas superam sua direção e continuam em luta pelas reivindicações.
- **Sri Lanka:** Crise pré-revolucionária.



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

**UCRÂNIA - Declaração do CERQUI**

24 de julho de 2022

**Comitê de Enlace pela Reconstrução
da IV Internacional**

Cinco meses de guerra

Sem a unidade revolucionária da classe operária europeia e mundial para pôr fim à guerra, não haverá uma solução e paz progressivas, e cresce o perigo de uma guerra generalizada, uma terceira guerra mundial

Não há nenhuma dúvida de que os Estados Unidos, apoiados pelas potências da União Europeia, usaram e vêm usando a Ucrânia como bucha de canhão, em seu objetivo de cercar economicamente e militarmente a Rússia, com o objetivo de derrotá-la, desarmá-la e saquear suas enormes riquezas. Não há nenhuma dúvida de que a autodefesa da Rússia se faz por meio da opressão nacional sobre a Ucrânia. E não há nenhuma dúvida de que se trata de uma guerra de dominação típica do capitalismo em decomposição da época imperialista, portanto, distinta das guerras civis de emancipação encarnadas pelo proletariado, e guerras de libertação nacional travadas pela nação oprimida contra a nação opressora. Eis por que o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional estabeleceu um conjunto de bandeiras e tarefas interligadas, voltadas a acabar com a guerra e impor uma paz progressiva. Bandeiras e tarefas que somente o proletariado e os demais trabalhadores unidos têm como traduzir na forma da luta de classes contra a burguesia, o imperialismo, a burocracia restauracionista, a oligarquia burguesa e os governos opressores.

O ponto de partida da luta pelo fim da guerra começa pela defesa do desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas; e da revogação das sanções econômicas à Rússia. Faz parte dessas bandeiras a resposta proletária contra a entrada da Finlândia e Suécia na OTAN. Em resumo, os explorados devem se unir pela imediata suspensão e eliminação do cerco militar e econômico à Rússia. Esse ponto de partida se completa com a defesa da autodeterminação da Ucrânia e integralidade territorial. O que implica a retirada das tropas russas da Ucrânia.

A classe operária ucraniana e russa, que é uma só e faz parte do proletariado mundial, tem interesse comum em combater a ofensiva militar dos Estados Unidos e aliados ocidentais, não somente na Europa, como em todo o mundo. Mas, esse mesmo interesse leva os explorados ucranianos e russos a rejeitarem e a combaterem a opressão nacional exercida pela Rússia sobre as ex-repúblicas soviéticas. O objetivo urgente é o de levantar a classe operária europeia, tendo à frente os explorados e oprimidos

ucranianos e russos, mais diretamente envolvidos e atingidos pela guerra. Uma ação inicial de unidade revolucionária do proletariado abre caminho para pôr fim à guerra e alcançar uma paz sem a imposição do imperialismo norte-americano e europeu, e sem a opressão nacional praticada pelo poder russo.

Tudo indica que esse passo está longe de se viabilizar. A classe operária ucraniana e russa se acha submetida aos Estados em guerra. Em particular, os explorados ucranianos se encontram subordinados aos condicionamentos do imperialismo, por meio do governo de Zelensky e da oligarquia burguesa, interessada em submeter a Ucrânia à União Europeia, e, portanto, ao braço armado dos Estados Unidos, que é a OTAN.

O estilhaçamento da classe operária e dos demais explorados ucranianos e russos dão a exata dimensão da crise de direção mundial, que há muito atingiu as suas capacidades de resistir à decomposição do capitalismo, à liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ao brutal avanço da restauração capitalista, às inúmeras guerras de intervenção imperialista do pós Segunda Guerra Mundial, e à projeção da miséria e fome. É preciso considerar como parte do problema a inércia do proletariado das ex-“repúblicas populares” do Leste Europeu. Encontra-se profundamente condicionado pela situação de países párias das potências europeias, e controlado pelos governos pró-norte-americanos e pró-OTAN. A regressão organizativa, política e ideológica, causada pela dominação da burocracia estalinista, incapacitou a classe operária de reagir às forças contrarrevolucionárias restauracionistas. Eis por que o proletariado russo e os demais trabalhadores não se levantaram contra o cerco imperialista dos Estados Unidos, e contra a opressão nacional exercida pela Rússia. O programa e as tradições revolucionárias fundados na Revolução de Outubro de 1917 foram varridos ao longo do domínio do terror estalinista, apesar de nunca ter cessado o descontentamento e a resistência instintiva do proletariado.

Sem os partidos revolucionários, sem as organizações de massa independente e sem a tradição dos combates ocorridos entre

o período das duas Guerras Mundiais, a nova geração proletária se ressentia do tolhimento de seus instintos de revolta contra a exploração capitalista, e a dominação das potências europeias e norte-americana. É o que explica por que o proletariado polonês, húngaro, romeno, checo, etc. não reagiu às imposições da OTAN, à instalação de bases militares dos Estados Unidos e ao franco cerco montado pelas forças do imperialismo à Rússia. Essa mesma explicação, resguardadas as particularidades da situação estratégica, pode ser aplicada ao proletariado Russo.

A guerra, a sua longa duração e a ausência de uma perspectiva de solução progressiva, bem como as tendências de agravamento da crise mundial, mostram sem atenuantes que a tarefa revolucionária começa pela luta da vanguarda por despertar a consciência dos explorados para a marcha ascendente da guerra comercial e da escalada militar, que perfilam as potências imperialistas contra a Rússia e a China. A tarefa começa, assim, por unir suas forças dispersas e divididas pelo fim da guerra na Ucrânia e pela sua organização independente, em torno às necessidades mais urgentes e ao programa da revolução proletária, dos Estados Unidos Socialistas da Europa e do internacionalismo marxista-leninista-trotskista.

É nessas condições e no curso dos acontecimentos da luta de classes que a crise de direção será posta concretamente no seio dos explorados como um problema de primeira ordem. As tradições marxistas e as conquistas práticas do programa da revolução social e do internacionalismo proletário serão recuperadas e potenciadas com a luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Esse é o mais importante e principal fator que emerge da guerra na Ucrânia, e que vinha despontando desde a Segunda Guerra e, desde o período posterior de combate do imperialismo contra as conquistas do proletariado mundial, dirigido pelos Estados Unidos, e pela derrocada do Leste Europeu, Balcãs, URSS, China, Coreia do Norte, Vietnã e Cuba.

A recente reunião de Biden com o governo da Arábia Saudita e de Israel teve como resposta um encontro de Vladimir Putin e Recep Tayyip Erdogan (da Turquia) com Ebrahim Raisi, presidente do Irã. Biden pôs de lado sua condenação ao príncipe Mohammed bin Salman, por ter mandado assassinar barbaramente o jornalista Jamall Khashoggi, para tratar de negócios petrolíferos e militares. O fato de as sanções econômico-financeiras não terem atingido a capacidade militar da Rússia, como se esperava, e de terem agravado a crise econômica mundial, deu motivo para os Estados Unidos superarem a desavença com a Arábia Saudita, que é fundamental para a política do imperialismo no Oriente Médio. O uso da OPEP em favor das sanções seria um trunfo, nas condições em que os próprios aliados dos Estados Unidos enfrentam uma elevada inflação, motivada pela escalada do preço do petróleo e do gás. Mas os objetivos de Biden são mais amplos.

A guerra da Ucrânia vem provocando um reordenamento das forças do imperialismo, para preparar uma ofensiva mais ampla contra a Rússia e a China. Foi o que se evidenciou na Cúpula de Madri, realizada pouco antes da “visita” de Biden ao Oriente Médio. O centro das preocupações do imperialismo norte-americano na região se encontra no Irã. Desde a ruptura do acordo de Barack Obama com o governo iraniano de limitação do uso da energia nuclear, levada a cabo por Donald Trump, em 2018, os Estados Unidos

vêm impulsionando as alianças militares que incluem Israel e antigos adversários árabes, à espera de uma conflagração contra o Irã. A superação do isolamento do Estado sionista, no Oriente Médio, corresponde à necessidade do imperialismo, de enfraquecer o nacionalismo iraniano e submeter o país aos interesses gerais dos Estados Unidos na região. O Irã se tem aliado à Rússia e à China. O que é motivo de recrudescimento do cerco norte-americano e israelense ao país. A guerra civil e o intervencionismo imperialista na Síria, depois de mais de uma década de conflagração, ainda continua como motivo de choque do Irã e Rússia com os Estados Unidos. A longa guerra no Iêmen aprofundou o fosso entre o Irã e a Arábia Saudita.

Biden espera ter conseguido criar as condições para estreitar a ampla aliança anti-Irã, que, de certa forma, está planejada para funcionar contra a Rússia e a China. A imprensa chegou a afirmar que “a ambição americana é criar uma espécie de OTAN no Oriente Médio”. Trump, ao romper o acordo com o Irã, passou a pressionar os aliados a montar uma “rede de radares”, que seria alimentado pela tecnologia israelense e norte-americana. A cúpula de Putin, Erdogan e Raisi tratou de como burlar as sanções dos Estados Unidos contra a Rússia. O interesse do presidente da Turquia, que faz jogo duplo entre Estados Unidos e Rússia, é o de esmagar o movimento separatista dos curdos, e ampliar seu controle sobre o Kurdistan sírio. Assim, negociam-se acordos de conveniência, de autodefesa, sobre a base da opressão nacional. O “Novo Conceito Estratégico da OTAN, exposto na cúpula de Madri, prevê uma escalada militar, não só na Europa, como também na Ásia. E certamente virá acompanhada de ações norte-americanas no Oriente Médio.

Esse quadro dá sinais de que a guerra da Ucrânia irradia um movimento mais amplo dos Estados Unidos, para confrontos com a China, Rússia e Irã. Em sua base, se encontra o esgotamento da partilha do mundo oriunda da Segunda Guerra, e a recomposição do choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção. A destruição da URSS, a recuperação do Leste Europeu, a absorção da Alemanha, a liquidação da Iugoslávia, a perda de influência da Rússia sobre boa parte das ex-repúblicas soviéticas, a subordinação das repúblicas bálticas à União Europeia, a ampla penetração do capital monopolista na base econômica da China e a dinamização das reformas pró-capitalistas em Cuba não foram suficientes para desafogar as forças produtivas mundiais, represadas pelas fronteiras nacionais e pelas envelhecidas e decompostas relações capitalistas de produção e distribuição. O imperialismo necessita que, de conjunto, se convertam em semicolônias servis, em uma ordem mundial hegemônica pelos Estados Unidos.

É nesse marco que os explorados suportam a carga do desemprego, subemprego, miséria e fome. Não há outra via e meio de responder à decomposição do capitalismo e da barbárie, a não ser com o programa da revolução e do internacionalismo proletário. Cabe à vanguarda com consciência de classe, em cada país, trabalhar sistematicamente pela organização dos combates e pela construção do Partido Mundial da Revolução Socialista. A campanha do CERQUI pelo fim da guerra e pela estratégia do internacionalismo marxista-leninista-trotskista é uma arma indispensável para dar os primeiros passos na unidade e na organização revolucionária do proletariado.



SOBRE O MONOPÓLIO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Publicamos o escrito de Lênin, em que coloca a defesa do monopólio do comércio exterior como uma questão de princípio, que caracteriza o regime soviético. O confronto se deu contra as posições revisionistas de Bukharin. As divergências foram postas no CC, desde outubro de 1922. Seriam, em seu desenvolvimento, decididas no XII Congresso do partido, que se realizou entre 17 e 25 de abril de 1923. Em dezembro de 1922, agravou-se a enfermidade de Lênin, que ficou impossibilitado de continuar sua participação ativa. No entanto, teve tempo suficiente para elaborar, em seus últimos escritos, posições fundamentais da estrutura e funcionamento do Estado proletário soviético, entre elas, sobre o monopólio do comércio exterior. Insistiu que a necessidade de derrotar a posição de Bukharin era imperiosa. Stalin estava com a posição de Bukharin, enquanto Trotsky se manifestava em completo acordo com Lênin.

Lênin encarregou Trotsky de expressar, no XII Congresso, suas posições. Finalmente, aprovou-se a resolução: “O Congresso confirma

categoricamente a inalterabilidade do monopólio do comércio exterior e a inadmissibilidade de toda tentativa de desviar ou vacilar em sua aplicação, e recomenda ao novo Comitê Central que adote medidas sistemáticas para consolidar e desenvolver o regime do monopólio do comércio exterior”.

O reconhecimento da importância decisiva do monopólio do comércio exterior, para desenvolver a economia soviética e defender a independência da URSS das pressões do imperialismo, fez parte de toda a formulação de Trotsky contrária à burocratização estalinista e à sua pseudo tese da possibilidade de construir o socialismo em um só país. O monopólio do comércio exterior comparece como essencial, ao lado e relacionado com a economia planificada e a propriedade nacionalizada, de forma que um fator depende do outro. É impensável a economia planificada e a propriedade estatizada (nacionalizada) desvinculadas do monopólio do comércio exterior.

Acerca do monopólio do comércio exterior **Ao camarada Stalin, para a reunião do CC**

Creio que é muito importante analisar a carta do camarada Bukharin. No primeiro ponto, o camarada diz: *“Nem Lênin, nem Krasin, dizem nada sobre as inúmeras perdas que sofrem a economia do país como consequência da incapacidade do Commissariado do Povo do Comércio Exterior, devido aos ‘princípios’ sobre os quais está organizado, não dizem nada sobre as perdas ocorridas, porque nós mesmos não podemos (e não poderemos durante muito tempo, devido a causas muito compreensíveis) mobilizar as existentes mercadorias dos camponeses, e incorporá-los no comércio internacional”*.

É uma falsa afirmação em todos os aspectos, pois, no parágrafo II, Krasin fala com clareza da formação de sociedades mistas, como meio, em primeiro lugar, para mobilizar as mercadorias existentes dos camponeses; em segundo lugar, para conseguir que pelo menos a metade dos benefícios de tal mobilização vá para o tesouro do Estado. Assim, pois, quem deforma a essência do problema é precisamente Bukharin, que se nega a ver que *“a mobilização das mercadorias existentes dos camponeses”* irá íntegra e exclusivamente para os bolsos dos nepman. O problema é se nosso Commissariado do Povo do Comércio Exterior trabalhará em proveito dos nepman ou de nosso Estado proletário. Problema fundamental por meio do qual se pode e se deve lutar no congresso do partido.

Comparado com este problema de

princípio, primeiro e fundamental, o problema da incapacidade do Commissariado do Povo do Comércio Exterior é por completo secundário, pois, esta incapacidade é somente parte inseparável da incapacidade de todos os nossos commissariados do povo, e se deve à estrutura social geral destes; melhorar a instrução, e elevar o nível geral, nos demandará longos anos de tenaz trabalho.

***O problema é se nosso
Commissariado do Povo do
Comércio Exterior trabalhará em
proveito dos nepman ou de nosso
Estado proletário. Problema
fundamental por meio do qual se
pode e se deve lutar no congresso
do partido.***

As teses de Bukharin dizem, no segundo ponto, que *“pontos tais como o parágrafo 5 das teses de Krasin, por exemplo, são aplicáveis por completo às concessões em geral”*. Outra vez uma mentira flagrante, pois, na quinta tese de Krasin, se afirma que *“se introduzirá de maneira artificial nos distritos rurais o explorador mais pernicioso, o atravessador, o especulador, o agente do capital estrangeiro, que opera com dólares, libras e coroas suecas”*. Nada semelhante ocorrerá no caso das concessões, as quais, não só fixamos o território, como também a au-

Lênin, 15 de dezembro de 1922

torização especial para comercializar com artigos determinados; o que é mais importante, controlamos o comércio com os artigos determinados na concessão. Bukharin, sem ter uma só objeção ao argumento de Krasin, de que não podemos manter o livre comércio dentro dos limites que fixa a resolução da reunião de 6 de outubro, de que o comércio será arrancado de nossas mãos pela pressão que exercem, não somente os contrabandistas, mas também todo o campesinato; sem falar palavras em resposta a esse fundamental argumento econômico e de classe, Bukharin lança acusações contra Krasin, assombrosas por sua inconsistência.

No terceiro ponto de sua carta, Bukharin escreve: *“O parágrafo 3 das teses de Krasin”* (por erro, coloca 3 em vez de 4). *“Mantemos nossas fronteiras”*, e pergunta: *“O que isso significa? Em realidade, significa que nada fazemos. Exatamente igual que em um armazém com uma magnífica vitrine, mas em cujas prateleiras não há nada (sistema ‘fechem os armazéns’)”*. Krasin afirma com toda precisão que mantemos nossas fronteiras, não tanto pelas tarifas aduaneiras ou pela vigilância de fronteira, mas principalmente por meio de nosso monopólio do comércio exterior. Bukharin não diz nada para refutar este fato claro, direto e indiscutível, isso por que não pode fazê-lo. Sua falsa referência ao *“sistema ‘fechem os armazéns’”* pertence à categoria de ex-

pressões as quais Marx, no seu tempo, replicava com a expressão “livre cambistas vulgares”, porque não é nada mais do que uma frase livre cambista vulgar.

Mais adiante, no ponto 4, Bukharin acusa Krasin de não alertar que devemos aperfeiçoar nosso sistema de tarifas aduaneiras; e ao mesmo tempo diz que me equivoco, quando falo de ter inspetores em todo o país, pois, se trata só do problema dos lugares de importação e exportação. De novo, as objeções de Bukharin surpreendem pela irresponsabilidade, e não atingem o alvo, pois Krasin, não só adverte sobre a necessidade de aperfeiçoar nosso sistema de taxas aduaneiras, não só o reconhece plenamente, como também diz com precisão que não admite a menor dúvida. Esse aperfeiçoamento consiste, em primeiro lugar, no monopólio do comércio exterior que temos adotado, e, em segundo lugar, na formação de sociedades mistas.

Bukharin não compreende – esse é seu erro mais assombroso, e por isso puramente teórico – que não existe nenhum sistema de tarifas aduaneiras que possa ser efetivo na época do imperialismo, em que há contrastes monstruosos entre os países pobres e os países imensamente ricos. Várias vezes, Bukharin menciona a proteção tarifária, sem alertar que, nas condições assinadas, qualquer dos países industriais ricos pode acabar por completo com tal proteção tarifária. Por isso, basta-lhes estabelecer subsídios de exportação, para fomentar a exportação para a Rússia de mercadorias, que nosso país grava, com altos impostos alfandegários. Todos os países industriais têm para tal fim recurso mais do que suficiente, e por meio de uma medida tal, qualquer delas, com toda certeza, poderia arruinar nossa indústria interna.

Portanto, todos os argumentos de Bukharin sobre o sistema tarifário aduaneiro, na prática, somente deixariam a indústria russa totalmente indefesa e conduziram ao livre-comércio dissimulado sob o mais leve

vêu. A isso devemos opor-nos com todas nossas forças, e levar nossa oposição inclusive ao congresso do partido, pois, agora, na época do imperialismo, o único sistema de proteção digno de consideração é o monopólio do comércio exterior.

A acusação de Bukharin a Krasin (no ponto quinto), de que este não compreende a importância de aumentar a circulação, acaba completamente desmentida, com o que diz Krasin sobre as sociedades mistas, pois, estas sociedades mistas não perseguem outro propósito que o de aumentar a circulação, com a seguinte proteção da indústria russa, de forma real e não fictícia, como no caso da proteção alfandegária.

De novo, as objeções de Bukharin surpreendem pela irresponsabilidade, e não atingem o alvo, pois Krasin, não só adverte sobre a necessidade de aperfeiçoar nosso sistema de taxas aduaneiras, não só o reconhece plenamente, como também diz com precisão que não admite a menor dúvida. Esse aperfeiçoamento consiste, em primeiro lugar, no monopólio do comércio exterior que temos adotado, e, em segundo lugar, na formação de sociedades mistas.

Mais adiante, no ponto sexto, pretendendo refutar-me, Bukharin escreve que não lhe parece importante que os camponeses realizem transações proveitosas, e que a luta não se dará entre os camponeses e o governo soviético, senão entre o governo soviético e os exportadores. Aqui, volta a cometer um erro radical, pois, o exportador, apoiado na diferença de preço que assinala (por exemplo, o preço do linho na Rússia é de 4,50 rubros e na Inglaterra é de 14 rubros), mobilizará ao seu redor todos os camponeses de maneira mais rápida e segura. Na prática, Bukharin atua como defensor do especulador, do pequeno-burguês e das camadas superiores do campesinato, contra o proletariado industrial, que não poderá em absoluto construir sua indústria, nem transformar a Rússia em um país industrial, se não tem a proteção, não das tarifas aduaneiras, mas do mono-

pólio do comércio exterior. Qualquer outra forma de proteção, nas condições atuais da Rússia, seria completamente fictícia; seria uma proteção apenas no papel, que em nada beneficiaria o proletariado. Consequentemente, do ponto de vista do proletariado e de sua indústria, a presente luta tem um significado fundamental de princípio. O sistema das sociedades mistas é o único sistema capaz de aperfeiçoar, de modo efetivo, o ineficaz aparato do Comissariado do Povo do Comércio Exterior, pois, em tal sistema, trabalharão, lado a lado, o comerciante estrangeiro e o russo. E, se nem sequer nessas condições aprendemos a fundo a tarefa, isso demonstrará que o

nosso povo é de tontos sem remédio.

Falar sobre a “proteção alfandegária” significará que nos ocultamos a nós mesmos os perigos que Krasin assinala com toda clareza, e que Bukharin não refutou sequer em menor grau.

Acrescentarei que a abertura parcial das fronteiras abriga graves perigos quanto às divisas, pois, na prática, nos veremos reduzidos à situação da Alemanha; existe o grave perigo de que penetrem na Rússia a pequena burguesia e todo o tipo de agentes dos russos emigrados, sem que tenhamos a menor possibilidade de exercer algum controle sobre eles.

O único caminho para a reconstrução de nossa indústria é utilizar as sociedades mistas como meio de obter um sério e longo aprendizado.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXXVI, Akal Editor)



R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

*Apostamentos sobre a história
do Partido Bolchevique*

LANÇAMENTO LIVRO

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



POV
Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial

SOBRE A NATUREZA DO PODER SOVIÉTICO

Acima, publicamos as formulações de Lênin sobre o monopólio do comércio exterior. Considerando a importância da discussão sobre a desintegração da União das Repúblicas Socialistas

Soviéticas (URSS), editamos algumas partes do “Discurso na inauguração do 1º Congresso da III Internacional”, proferido por Lênin. Seleccionamos as passagens que sintetizam os

fundamentos do Poder Soviético. Assinalamos, em particular, a importância da relação entre o papel dirigente do proletariado, a sua ditadura de classe e a democracia soviética.

1º Congresso da Internacional Comunista

Teses e informes sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado

Lênin, 4 de março de 1919

14. A ditadura do proletariado é semelhante à ditadura das demais classes, porque foi determinada pela necessidade, como ocorre com toda outra ditadura, de esmagar com violência a resistência da classe que perde sua dominação política. A diferença radical entre a ditadura do proletariado e a ditadura de outras classes – a ditadura dos senhores de terra na Idade Média e a ditadura da burguesia em todos os países capitalistas civilizados – consiste em que a ditadura dos senhores de terras e da burguesia era a repressão violenta da resistência da imensa maioria da população, especialmente, dos trabalhadores. Ao contrário, a ditadura do proletariado é a repressão violenta da resistência dos exploradores, isto é, de uma ínfima minoria da população: dos senhores de terras e dos capitalistas.

Daqui decorre, por sua vez, que a ditadura do proletariado deve inevitavelmente trazer consigo, não só uma mudança das formas e das instituições democráticas, falando em geral, mas também precisamente uma mudança tal, que traga consigo uma ampliação sem precedentes da utilização efetiva da democracia da parte dos oprimidos pelo capitalismo, pelas classes trabalhadoras. (...)

A essência do Poder Soviético consiste em que a base permanente e única do poder estatal, de todo o aparato do Estado, é a organização de massa precisamente dessas classes que eram oprimidas pelo capitalismo, isto é, dos operários e semiproletários (dos camponeses que não exploram trabalho alheio, e que recorrem permanentemente à venda, de uma parte ao menos, de sua força de trabalho). Agora, são incorporadas na participação permanente, e, além disso, decisiva, na direção democrática do Estado, as massas que inclusive nas repúblicas burguesas mais democráticas, sendo iguais diante da lei, eram marginalizadas na prática, por mil artimanhas e subterfúgios, da participação na vida política e da utilização dos direitos e liberdades democráticas.

15. O poder soviético ou ditadura do proletariado torna efetiva, imediata e completamente a igualdade dos cidadãos, sem distinção de sexo, religião, raça ou nacionalidade, que a democracia burguesa sempre prometeu, em todo o lugar, mas que não realizou em nenhum lugar, nem podia realizar, devido ao domínio do capital. O fato é que essa igualdade somente pode ser realizada no poder dos

operários, que não estão interessados na propriedade privada dos meios de produção e na luta por sua repartição.

16. A velha democracia, isto é, a democracia burguesa, e o parlamentarismo estavam organizados de tal modo que, precisamente, as massas trabalhadoras eram as que estavam mais marginalizadas do aparato do governo. Pelo contrário, o poder soviético, isto é, a ditadura do proletariado, está estruturado de tal forma que aproxima as massas trabalhadoras ao aparato do governo. Esse mesmo objetivo cumprem a união dos poderes legislativo e executivo na organização soviética do Estado, e a substituição dos distritos eleitorais territoriais por unidades de produção, as fábricas e os demais locais de trabalho. (...)

17. (...)

18. A organização soviética do Estado está adaptada ao papel dirigente do proletariado, a classe mais concentrada e esclarecida pelo capitalismo. A experiência de todas as revoluções e de todos os movimentos das classes oprimidas, a experiência do movimento socialista mundial, nos ensina que somente o proletariado está em condições de unir e dirigir as camadas dispersas e atrasadas da população trabalhadora e explorada.

19. Somente a organização soviética do Estado pode destruir realmente e acabar para sempre com o velho aparato burocrático-judicial, isto é, o aparato foi mantido e tem de manter-se inevitavelmente sob o capitalismo, inclusive, nas repúblicas mais democráticas, e que é, na realidade, o maior obstáculo à aplicação da democracia para os operários e os trabalhadores. A Comuna de Paris deu o primeiro passo de importância histórica mundial neste caminho, o poder soviético deu o segundo.

20. A destruição do poder estatal é o objetivo que propuseram todos os socialistas, incluindo, em primeiro lugar, Marx. Se não se alcança esse objetivo, a verdadeira democracia, isto é, a igualdade e a liberdade, é irrealizável. Mas, sua realização prática é unicamente possível por meio da democracia soviética ou proletária, pois, ao possibilitar a participação permanente e indiscutível na direção do Estado às organizações das massas trabalhadoras, começa imediatamente a preparar a total extinção do Estado.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXX, Akal Editor)

O Partido Operário Revolucionário (POR-Brasil), seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, se solidariza com a luta dos camaradas Ascencio Cruz e Ramiro Maldonado. Que o governo atenda imediatamente as reivindicações dos grevistas!

Maldito governo que não atende aqueles que deram a vida pelo país

Por que lutam os aposentados?

Um mineiro, Ascencio Cruz, militante do POR, com câncer terminal, e um petroleiro, Ramiro Maldonado, enfermo com diabetes, aposentados, tomam a medida extrema de uma greve de fome, exigindo a equiparação dos ganhos ao salário mínimo nacional do BS. 2.250; Com os holerites em mãos, denunciam a existência de ganhos de Bs. 350, 700 e 1.000, o que nesta crise econômica se torna um insulto à sobrevivência dos idosos.

Injustiça social

Todos os aposentados dos diversos setores trabalhistas, principalmente os mineiros, deixaram seus pulmões no interior das minas, escreveram com sangue a história deste país, e ainda hoje devem continuar lutando, enquanto a grande maioria dos trabalhadores ativos permanece alheia, sem saber da gravidade que presente e futuro imediato reserva aos trabalhadores que contribuem para as AFPs.

Qual a resposta?

Hoje, novamente, nossos pais e mães, através da greve e da

crucificação, nos ensinam qual é o caminho para garantir uma velhice digna.

Cabe somar-se à luta, não só por uma aposentadoria digna, mas também pelo direito ao trabalho, estabilidade no emprego, sem chantagem de politiquinhos.

Tarefas imediatas

1. Comparecer ao piquete de greve todos os dias, às 10h, na Praça 14 de Setembro, para apoiar os atos e informar a população.
2. Informar e convocar mais companheiros e amigos sobre a mobilização.
3. Divulgar a notícia da mobilização em todos os meios de comunicação possíveis.
4. Coordenar a instalação de mais piquetes de greve ou outras ações a serem sugeridas.

Viva a luta com nossos pais, por uma aposentadoria digna!

Atte.: Filhas e filhos de aposentados na luta
Cochabamba, julho de 2022

Plataforma dos aposentados das AFPs enviada à COB, para a inclusão em sua plataforma única

Revisão e modificação da Lei das Pensões nº 065, no seguinte:

1. Art. 19: Atualizar os Limites Solidários Mínimo e Máximo a cada ano, e não a cada cinco;
2. Art. 58 IV. Art. 73b: Pensão vitalícia por invalidez, e não só até os 65 anos de idade;
3. Art. 25: Revisar o dígito 25 da fórmula da Compensação de Cotizações (CC);
4. Revisar a fórmula da Fração de Sando Acumulado (FSA) a 80 anos (agora é 110 anos);
5. Art. 57: Atualizar a cada 3 anos o pagamento de gastos funerários (é de Bs 1800, desde 2010);

6. Qualificar as inversões que afetam as AFPs, com nova regulamentação e fiscalização;
7. Renda Dignidade em quantidade igual para todos os adultos maiores (aposentados e não aposentados);
8. Art. 11b: Art. 28III: Atualizar a Compensação de Cotizações ao custo de vida de uma família;
9. Art. 67: Descontar pela planilha a contribuição sindical dos aposentados do SIP e suas organizações;
10. Participação dos aposentados do SIP nos diretórios das Caixas de Saúde;

(Aprovado na Plenária Nacional de 17 de dezembro de 2020, e entregue à COB em 8 de fevereiro de 2021)

Argentina

Guzmán renunciou, mas o acordo colonial com o FMI se mantém

Guzmán, um desconhecido na política nacional, chegou ao ministério de economia dois anos e meio atrás, pela vontade unânime dos membros da Frente de Todos. Segundo eles, era o homem indicado para levar adiante o objetivo político mais importante do novo governo: reconhecer toda a dívida externa e renegociar como pagá-la. Esse foi o eixo da política econômica que se desenhava, mostrando ao capital financeiro, desde o começo, que se adotariam todas as medidas para chegar a um acordo e pagar. Chegou a esse posto recomendado pelo Joseph Stiglitz, e com boas relações com os dirigentes do FMI.

Essa era a ordem dos setores mais concentrados do capital, desde a oligarquia latifundiária até os industriais, as empresas de serviços, os bancos. Era necessário reconhecer a dívida e pagá-la, mesmo que sua origem fosse claramente fraudulenta. Nesse

sentido, os grandes capitalistas, os que saquearam e evadiram as divisas, e os credores estavam satisfeitos com seu Ministro e com o governo de Fernández, pois, conseguiram que o novo governo legitimasse a dívida e começasse a pagá-la, ainda que o país contasse com reservas escassas.

Somente se queixavam de que o FMI não tivesse imposto condições mais drásticas de ajuste. E esses poderosos setores mantêm uma agitação permanente, para impor completamente seu programa: forte desvalorização da moeda e uma única taxa do dólar; reduzir salários, aposentadorias e o orçamento, para que o Estado “gaste menos”; reforma trabalhista; não elevar nem incorporar impostos; impedir a estatização de qualquer empresa; total liberdade para mineração multinacional; liberdade de preços, etc. Pressionando para a eliminação do déficit fiscal, e ter plena liberdade para importar.

Por que renunciou? Por sua incapacidade para avançar com as reformas, o que exige o grande capital e o programa do FMI. O ajuste da cotização do dólar estava atrasado em relação à inflação; não conseguiu reduzir os subsídios, para baixar o déficit; não conseguiu acumular reservas; as dívidas em pesos cresceram como uma bola de neve. E não conseguiu sequer segurar a inflação, que estava prevista no orçamento, muito elevada, primeiro 33%, e depois 38%, a a qual agora está quase o dobro. O capital financeiro previa que não cumpriria com o acordo com o FMI, caiu fortemente a cotização dos títulos da dívida argentinos, e cresceu o chamado “risco país”, que antecipa uma *default* inevitável da dívida. Na sua renúncia, reproduz suas queixas dos últimos tempos, dizendo que precisa de mais poder, concentrar em suas mãos outros setores da economia, e responsabiliza o setor kirchnerista por atrapalhar e criticar sua gestão.

Nesse sentido, objetivamente, participou das operações das últimas semanas, que buscaram impor a Fernández um giro mais “ortodoxo”, e que este abandonasse seus sócios críticos.

As relações com o kirchnerismo, que o tinham sustentado, se tornaram tensas em 2021, quando advertiram que as políticas de ajuste lhe fariam perder as eleições, como de fato ocorreu. No meio da Pandemia, se limitaram os IFE (Ingresso Familiar de Emergência – abono de \$ 10.000) a milhões de trabalhadores desempregados e subempregados, reduziram os recursos para a assistência social, os orçamentos foram sub executados, para mostrar que podiam reduzir o déficit fiscal, etc. Desde as negociações com o FMI, aumentaram as críticas pelas condições de ajuste contra as massas.

E também por não ter conseguido eliminar a sobretaxa de juros que o FMI cobra, uma dupla fraude, pois, o “empréstimo” adicional teve como objetivo evitar o *default* da Argentina, resgatar as possibilidades eleitorais de Macri, e alimentar com fundos a fuga dos investidores, que haviam ficado presos na pedalada dos pesos, e os eternos evasores locais. Por um acordo de tipo monetarista, que insiste em eliminar o déficit reduzindo a despesa, eliminar a emissão de moeda, aumentar as taxas de juros, desvalorizar mais rápido o peso, como programa de governo. E também pela forma de refinanciamento com auditorias trimestrais, e refinanciamento a cada prestação que se pague para manter a corda ajustada ao pescoço, o tempo todo. O programa do FMI se revelou como altamente inflacionário, enquanto, hipocritamente, advertem sobre o risco da alta inflação “alimentar o descontentamento social”.

Devemos lembrar que Cristina Kirchner apoiou Guzmán para o Ministério, e esteve de acordo em reconhecer e pagar as dívidas fraudulentas. Suas críticas posteriores buscaram preservar suas relações com as massas que estão desiludidas, e rompendo com o governo.

A saída de Guzmán é o resultado do seu fracasso, do fracasso da

| Argentina - O acordo colonial com o FMI se mantém

política do governo. De um lado, não atende aos setores mais concentrados do capital, que querem ir mais a fundo com seu programa.

Por outro, não pode atender os oprimidos. A inflação é insuportável, e devora os ganhos. Não se criam postos de trabalho que se precisam, e os poucos que se criam são precarizados. Sequer se recuperou o retrocesso salarial, provocado nos últimos cinco anos. Avançou a subordinação colonial do país. A economia se rebaixa ao nível primário, de modo a aumentar as exportações e gerar dólares para pagar a dívida externa. Não se combate a evasão e a fuga de capitais. Mantém-se as premissas neoliberais, que o imperialismo impôs nos últimos 40 anos, defendendo o regime da grande propriedade dos meios de produção.

E os oprimidos estão passando da desilusão à ação, ocupando as ruas, com suas reivindicações, apesar da paralisação de suas direções sindicais, cúmplices do governo e dos patrões.

O fracasso é responsabilidade de Guzmán? Não, ele só foi um enviado do capital financeiro para dirigir a economia, nomeado pelo governo. A responsabilidade é do governo, que foi eleito com a ilusão de que resolveria os problemas mais urgentes das massas e, na realidade, representa os interesses dos setores mais poderosos aos que não se atreve nem a aumentar impostos, nem a lhes cobrar os que devem, nem a controlar seus custos, seus preços e seu ganho, nem a impedir o saque e a evasão, nem a impedir demissões em meio à Pandemia ...

O peronismo, a *Frente de Todos*, não pode ir mais longe que a classe que representa, a burguesia, que é uma classe antinacional, entreguista, saqueadora, evasora, corrupta. Não há jeito de reformar o capitalismo em decadência e apodrecimento. Nem na Argentina, nem em nenhum outro lugar do mundo. As instituições e os partidos políticos patronais expressam essa realidade.

Quando Batakis diz que “será necessário liberar as forças produtivas do nosso país que nos permitam crescer” está acreditando que, pelo caminho da conciliação com esse poder, e acatando o programa do FMI, se pode avançar. Em poucas semanas ou dias, poderá verificar como se espatifam suas ilusões com a realidade.

A crise política que se potenciou com a queda de Guzmán não se resolve com uma mudança de nomes, se o essencial da política do governo não se modifica. E o governo voltou a ratificar que seu rumo é o mesmo: submissão aos acordos com o FMI.

Somente expropriando os grandes meios de produção, transformando-os em propriedade social, se pode ordenar e planejar a economia, para colocá-la a serviço da maioria, estatizando os bancos e o comércio exterior, recuperando os rios, os lagos, os mares, a mineração, o petróleo. Somente por essa via, se poderão desenvolver as forças produtivas. Tarefas que somente pode ser resolvida pela classe operária no poder, dirigindo todos os oprimidos.

(Extraído do Jornal Massas, nº 418, órgão do POR da Argentina)

Chile

Com 100 dias de governo, Gabriel Boric sofre um enfadonho repúdio

Boric não só não cumpriu suas reiteradas promessas anteriores, como tem apresentado injustificáveis tropeços políticos, fruto de sua ignorância e arrogância, o que tem feito que aqueles que confiaram em seu voto percam a paciência. Sua principal preocupação é manifestada no servilismo diante do imperialismo. Em seus encontros com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e com o 1º ministro da Inglaterra, Boris Johnson, Boric se compromete fortalecer a segurança interna, comprando armas e veículos blindados para as polícias e Forças Armadas. Compromete-se a privatizar o que resta no país, na Educação e Saúde, principalmente na mineração.

Os professores e alunos dos estabelecimentos municipais, hoje estão nas mãos privadas, cuja atual denominação é de Serviços Locais de Educação Pública (SLEP). Os SLEP, criados no governo de Michel Bachelet, implementados por região – este ano foi em Valparaíso – deixam de pagar os salários de professores e previdenciários. Os funcionários e usuários da saúde básica exigem do ministro da Saúde, María Bergoña, que se pronuncie sobre o texto da Conta Pública do senhor presidente da República, em relação à privatização da saúde básica. Dizem textualmente: “Não permitiremos a privatização da saúde básica, nem o aprofundamento do saque do Estado pelas mãos privadas, que têm

enriquecido com a dor e morte daqueles que habitam este país”.

No Estado do Chile, o ministro da Fazenda, Mario Marcel, o governador de Valparaíso, Rodrigo Mundaca, e Delegada presidencial, durante a greve dos trabalhadores mineiros, manifestaram total repúdio ao fechamento da Fundação Ventanas, já que essa medida afetará milhares de trabalhadores, e evidência o servilismo estatal de privatizar e não modernizar a mineração chilena.

Os operários recorreram a seu método tradicional da ação direta, reunidos nos sindicatos da ENAMI, apoiados amplamente pelas suas bases contra essa medida antioperária e antinacional, que o governo burguês de Boric leva adiante, argumentando que é uma empresa amplamente contaminadora. No entanto, existem outras 15 empresas privadas, especialmente OXQUIM, protegida pelo governo de Pinochet, em que um de seus acionistas principais é o ex-presidente Piñera, a qual vem sendo denunciada por ser altamente contaminadora. Porém, essas 15 empresas continuam trabalhando, e criando novas e massivas intoxicações, enquanto a estatal estava paralisada por duas semanas, e nas mãos dos trabalhadores mineiros. Os dirigentes da fundição denunciam que este é o princípio da privatização da maior mineradora do mundo, a CODELCO. Não há dúvida de que o senhor presidente da República, Gabriel Boric, reitera que está aprendendo a governar, isso porque não é somente um temperado servil do imperialismo e da parasitária burguesia nacional, mas um neoliberal consumado, que cumpre, com eficácia, as normas do capitalismo corrupto decadente, e que não leva em conta as massas operárias, Mapuche e a maioria oprimida.

A paralisação por tempo indeterminado, chamada pelos trabalhadores da ENAMI, foi traída pelos burocratas sindicais da CODELCO, favorecidos pelo governo, pelo Estado e pelo diretório da CODELCO, cujo diretor é Máximo Pacheco, militante da Democracia Cristã, e ministro da mineração no governo de Michel Bachelet, nomeado por esse governo para que realizasse o trabalho sujo de privatizar a COLDECO, o que não pode concretizar Sebastián Piñera, apesar de ser parte de seu programa de governo.

A economia nacional e familiar chilena avança para a total destruição. Isso provoca fome e miséria em amplos setores da população, que recebe os efeitos da crise estrutural do capitalismo, agravada pelo Coronavírus e, hoje, pela guerra na Ucrânia, que não só espalha morte e miséria em um país eslavo, mas que se estende por todo o mundo. As consequências da guerra de rapina e do poder hegemônico submetem à vassalagem os países de capitalismo atrasado, que vêm multiplicando as chagas do capitalismo decadente e corrupto, como: a delinquências, prostituição, escravidão, narcotráfico, fornecimento de armas ao narcotráfico, etc.

O senhor Gabriel Boric preside um governo burguês, que atua por subordinar o país ao capital estrangeiro, entrelaçado à burguesia parasitária nacional.

Os governos dos Estados Unidos, sejam democratas ou republicanos, mantêm sua política de esmagamento dos países produtores de matérias-primas, que servem aos seus interesses, potencializam sua produção de armas, transporte e novas tecnologias de comunicação e manutenção de seu controle sobre as nações, utilizando de testa de ferro os servis e oportunistas corruptos, que sirvam aos ditos interesses, sem importar com a fome, miséria e morte de milhões de pessoas no mundo.

O Chile, depois de 46 anos de ditadura militar e governos civis, se levantou em uma rebelião popular sem precedentes em sua história, em 18 de outubro de 2019. Levante que colocou em xeque o governo, golpeando todas as instituições da burguesia,

em pelo menos um mês de massivas manifestações populares, em que milhões de pessoas ocuparam as ruas do país, mas em que a pseudo oposição de “esquerda” atendeu ao chamado de Piñera, e selou o acordo pela paz e não violência, com a participação do atual presidente burguês, que o potencializou nos chamados agrupamentos centristas autointitulados “progressistas”, que o levantaram como o candidato desses setores e como elemento confusionista, o que jamais esteve presente na mente do povo mobilizado, e muito menos foi uma reivindicação dos oprimidos, como foi a Assembleia Constituinte, a qual Boric usou como cavalo de batalha para chegar à presidência da República. Hoje, a direita, de maneira vil, se afasta, porque o rechaço é grande a esta monstruosidade que pretende reformar a Constituição do ano de 1980, visto que a incerteza de que ganhe a aprovação se manifesta em setores políticos, dos próprios convencionais e gente comum, e que jogue um papel importante o voto nulo, já que ambos são pela continuidade de um regime que manterá os privilégios da burguesia nacional e estrangeira, no corrupto sistema social capitalista. Prevê-se que o governo, setores da ex-Concertação unidos, em comum acordo com a oposição, se empenhem nas negociações, para encontrar pontos de acordo para concluir na aceitação de um mecanismo para reformar a atual Constituição pinochetista, que emana da Assembleia Constituinte. Nesse momento, se condiciona que o atual parlamento de maioria da oposição conservadora permita ter uma votação de 4/7, e não de 2/3, como se impôs o processo constituinte, que é votar essas novas reformas da reforma. Esse ajuste se impõe à classe dominante, à burguesia, que permanentemente questiona e arbitra por cima da sua política, mesmo aquela que se serve da administração de seus bens.

As diferenças entre ministros do governo se chocam, por razões econômicas e políticas, diante da persistente depreciação do peso frente ao valor do dólar, que, em poucos meses, passou de 700 pesos para cada dólar, subindo a mais de mil, considerando tudo o que devemos pagar com produtos importados, inclusive de primeira necessidade, como o pão, os combustíveis em geral. Não existe um salário que permita aos chilenos saírem da miséria. É o que estamos vivendo, diante da elevação especulativa da moeda norte-americana, que o imperialismo impõe pela força. O governo tem proposto algumas medidas, como vender cerca de 5 bilhões de dólares, ou a proposta do ministro do Interior, Camila Vallejos, que o Banco Central intervenha na alta do dólar, o que causou mal-estar de Mario Marcel, ministro da Fazenda, que declarou publicamente que há ministros que conhecem pouco ou nada de economia, e que se rege como um ente privado com faculdades próprias, que outorgou a presidência do senhor Ricardo Lagos Escobar, quando foi presidente do Chile.

Em síntese, pode-se concluir e assegurar que nenhum governo burguês tirará a nação, a classe operária, a nação-classe, e a totalidade dos oprimidos da dupla exploração. Ou seja, a exploração da maioria nacional pelo imperialismo e pela burguesia parasitária nacional. Somente a classe operária, com consciência revolucionária, isto é, com seu partido político, baseado na estratégia revolucionária da tomada do poder e exercendo a ditadura proletária contra a corrupta burguesia, por meio da mais ampla democracia da classe operária e dos demais oprimidos, sob o governo operário-camponês, levará adiante as medidas democráticas do país atrasado e a socialista, que expressem a revolução permanente, sobre a base do internacionalismo proletário.

(Extraído do Jornal do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário, do Chile)

Panamá

As massas superam sua direção e continuam em luta pelas reivindicações

As massas panamenhas revoltaram-se contra o aumento dos preços dos produtos de consumo básico e a carestia de vida, causados pela desagregação econômica capitalista mundial. A greve nacional se iniciou como uma greve nacional de professores. Mas, rapidamente, confluiu com as mobilizações de importantes sindicatos operários. Os métodos da luta de classes espalharam-se por todo o país (piquetes, manifestações, bloqueios, etc.). É o caso dos operários da construção civil, em greve por aumentos de salários, e contra os ajustes e aumentos de preços. As reivindicações se chocaram com a Associação Panamenha de Executivos de Empresas (Apede), que exigiu do governo manter as contrarreformas, que protegem os seus lucros, em meio à desagregação da economia mundial.

Após duas semanas de greve nacional, parte da direção do movimento grevista sentou-se junto ao governo, para discutir como descomprimir a grave convulsão social no país. A saída foi negociada entre uma fração da Aliança Nacional pelos Direitos do Povo Organizado (Anadepo), o governo e a Igreja. Em troca do congelamento dos preços dos combustíveis, a Anadepo comprometeu-se a levantar os bloqueios de rodovias e piquetes de greve. Assinou-se o acordo no domingo, 17. Porém, um dia depois, a Anadepo “desconhecia-o”, após suas bases se negarem a levantar as manifestações, greves e bloqueios, até que o governo não desse uma resposta satisfatória às principais exigências: imediato aumento salarial, e redução dos preços da cesta básica e dos preços de medicamentos. As-

sim, os trabalhadores acusaram a direção de “traição”. Isolada, a fração burocrática que fechou o acordo foi obrigada a rasgar o documento que ela mesma escreveu. Trata-se de uma clara manobra oportunista, visando a preservar sua influência no movimento e seu papel de coveiros das tendências da luta de classes.

O fundamental está em que as bases operárias e populares impediram que a direção vendida traísse a greve e enfraquecesse o movimento, que mostrou toda sua força, quando apoiado nos métodos próprios de luta e na unidade nacional das massas oprimidas. Está claro que o fracasso do governo e as direções venais em impor o acordo fortalecem as tendências de luta de classes. Certamente, a ausência de uma direção revolucionária pesará no sentido contrário ao do avanço da luta grevista. Constatação que mostra, de um lado, o vigor da revolta dos explorados, e, de outro, a necessidade da direção classista e a tarefa de elevar a consciência programática da camada mais avançada que impediu que se consumasse a traição.

A vanguarda classista que se forja no caldeirão dos movimentos tem por tarefa imediata batalhar por dar expressão política consciente às tendências instintivas das massas e impulsionar a sua organização independente, diante das direções traidoras e da política burguesa. Cumprirá essa tarefa na medida em que seja capaz de ligar a luta pelas reivindicações mais sentidas e urgentes à luta revolucionária do proletariado sob sua estratégia própria de poder.

Sri Lanka

Crise pré-revolucionária

A ocupação do Parlamento e da residência do presidente Gotabaya Rajapaksa pelas massas indicou a elevada radicalização da luta de classes. O exército recebeu ordens de atirar contra os manifestantes. Mas, não tem conseguido esmagar a revolta popular, que cresceu, dia após dia. O presidente fugiu do país, e o governo acha-se completamente desmantelado.

A crise de poder burguês reflete-se no avanço do movimento das massas que, instintivamente, se encaminham para uma situação revolucionária. Porém, essa tendência é obstaculizada pela ausência de uma direção proletária, capaz de traduzir seu instinto em programa, e aproveitar a situação para constituir um governo próprio. O que favorece, em última instância, aos partidos da ordem burguesa e às classes dominantes que, apoiados pelo imperialis-

mo, procuram constituir um governo de “unidade nacional”, visando a preservar a governabilidade.

O certo é que, qualquer que seja a solução ensaiada, permanecerá a grave crise econômica e a política de contrarreformas e saque, ditados pelo imperialismo. A dependência do país das importações e do turismo, nas condições de desagregação econômica mundial e de aumento dos preços das matérias-primas, afundará ainda mais a economia nacional. O crescimento exponencial da dívida pública e o parasitismo financeiro impedem equacionar as tendências desagregadoras, obrigando o novo governo a manter as contrarreformas, e a aprofundar os ataques contra os salários e direitos.

A verdadeira solução dos problemas operários e populares não virá de um novo governo burguês. A burguesia da

ilha demonstrou-se completamente incapaz e subserviente ao imperialismo. Ao contrário: sua solução virá quando os explorados tomem o poder em suas mãos, e imponham a autodeterminação nacional, na base da expropriação e estatização dos meios de produção e troca.

É essencial reconhecer que a crise pré-revolucionária aberta no Sri Lanka é parte das tendências de decomposição capitalista e da abertura de uma etapa favorável à luta de classes. O que assinala em toda sua importância a tarefa de superar a crise de direção e transformar as condições favoráveis à revolução em programa e em ações políticas concretas. A vanguarda com consciência de classe deve dedicar seus melhores esforços ao objetivo de impulsionar a luta de classes em cada país, e convergir na reconstrução da IV Internacional, sua direção revolucionária mundial.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020